

Prestes Fala Sobre os Últimos Acontecimentos Políticos

(Texto na 3ª Pag.)

Lutar Sem Vacilações Pela Unidade Contra o Golpismo

EM sua última entrevista à "Imprensa Popular", Luiz Carlos Prestes alerta os comunistas e demais setores patrióticos contra a ameaça de golpes reacionários para interromper o processo de democratização que se inicia no país.

OS sintomas da rearticulação golpista são evidentes. Há meses que assistimos a uma desenfadada campanha de intrigas e calúnias contra o Ministro da Guerra e outros chefes militares que em novembro, se ergueram em defesa da Constituição e da soberania popular e se mantêm nessas posições. Intrigando dentro dos navios e quartéis, o golpismo procura ressuscitar uma "crise militar" semelhante à que precedeu o golpe de 24 de agosto, mobilizando almirantes e brigadeiros para memoriais de hostilidade indisfarçável às conquistas democráticas. Tenta-se, enfim, pôr em marcha a intriga iniciada com a "carta Brandi" contra o sr. João Goulart, ao mesmo tempo que os Pena Boto, Lacerda, Juarez e comparsas entram na exploração ruidosa da desmoralizada indústria do anticomunismo — o principal recurso de que se vale o golpismo na desesperada tentativa de cindir as forças que encontraram, em novembro, o caminho da unidade para barrar os planos de implantação de uma ditadura terrorista no país.

AS raízes desta arremetida golpista e entreguista encontram-se no próprio desenvolvimento objetivo da situação nacional e internacional. A unidade alcançada pelos antigolpistas na luta eleitoral de outubro e durante as jornadas vitoriosas de novembro resultou em significativas conquistas e avanços de todas as correntes que se batem pela democracia e por uma política de independência nacional. As forças patrióticas conquistaram posições importantes de onde resistem, com maior êxito, às pretensões do imperialismo norte-americano e de seus agentes mais empedernidos. É natural, por isso, que os monopólios ianques e o que há de mais reacionário e antinacional no País se lancem, de mãos dadas, ao assalto contra essas posições de onde foram alijados.

PRESTES destaca, com muita razão, as imensas possibilidades que têm as forças democráticas, nacionalistas e patrióticas de dentro e de fora do governo para esmagar as investidas golpistas e entreguistas. Tudo depende de que se consolide e amplie, o mais rapidamente possível, a união dessas forças realmente poderosas.

EVIDENTE, como diz Prestes, que as vacilações do sr. Kubitschek (fechamento da Frente de Novembro e, anteriormente, o da Liga de Emancipação Nacional), suas concessões à chantagem do anticomunismo e a ausência de medidas concretas para melhorar o nível de vida do povo trabalham contra esta unidade e em favor das maquinações golpistas. Mas é também evidente que só a ação unitária das massas será capaz de paralisar essas vacilações, de fazer com que preponderem dentro do governo a orientação dos setores democráticos e nacionalistas e as reivindicações populares. Mobilizar as massas em apoio aos homens do atual governo que assumam posições concretas diante de cada um dos múltiplos problemas de emancipação nacional, da defesa das liberdades democráticas e das reivindicações sentidas, procurando interessar na solução dessas reivindicações os setores governamentais que desejam se aproximar do povo; conduzir as massas a uma vigilância ativa contra o golpismo e em defesa das posições já conquistadas pelas forças nacionalistas e democráticas — eis o caminho para novos êxitos e vitórias no processo de democratização que se abre em nossa Pátria

CONFERÊNCIA DE LAVRADORES DO ESPÍRITO SANTO



REUNIU-SE, em Vitória, a Conferência dos Lavradores do Espírito Santo, tendo aprovado importantes resoluções, entre as quais o apoio ao projeto do governador do Estado, de criar a Associação dos Lavradores do Estado, como entidade autárquica. NA FOTO os delegados à Conferência em visita à Assembléia Legislativa. (Notícia na 10ª página).

VOZ OPERÁRIA

Nº 396 — RIO DE JANEIRO, 15 DE DEZEMBRO DE 1956



A URSS NA OLIMPIADA DE MELBURNE

O cronista oficial da revista "Manchete", do Rio, escreveu no número de 8 de dezembro: "A atual olimpíada foi para os Estados Unidos o crivo final do exame para medir sua resistência à ofensiva terrível das sombras. Decidia-se em Melbourne um primado muscular e moral: o choque impunha um prognóstico sobre a qualidade de dois exércitos confrontados na base do número de medalhas de ouro obtidas e do gênero de esportes medalhados. Para falar mais claro: democracia e comunismo mediam suas forças atléticas em termos de academia militar. Melhores atletas, melhores soldados. O Ocidente venceu no mapa, quero dizer, no estádio de Melbourne, a terceira guerra mundial".

O cronista partidário da inevitabilidade da guerra avançou o sinal, contando como certa a vitória dos Estados Unidos em Melbourne. A União Soviética venceu as olimpíadas. Conquistou 37 medalhas de ouro, 30 de prata e 32 de bronze, contra 32 de ouro, 25 de prata e 17 de bronze obtidas pelos Estados Unidos. No total de pontos a URSS conquistou 722 contra 593 obtidos pelos Estados Unidos. Não provará isto a superioridade do regime socialista sobre o capitalista? Que responda o público.

NA FOTO um dos atletas soviéticos vencedores em Melbourne, V. Kutz, campeão nas corridas de cinco mil e de dez mil metros (TASS).

BOLETIM DE DISCUSSÃO ARTIGOS DE:

★ Caio Gabriel — Sobre o Projeto de Resolução (II)



★ A. Lobato — E a UJC?



★ Adamastor Fernandes — O Projeto de Resolução e o Artigo 35 dos Estatutos



★ Quintino de Carvalho — Tão Sómente Uma Resposta



★ Florivaldo Viana — Os Comunistas e o Movimento Sindical na Bahia



POR UMA POLÍTICA NACIONALISTA NO SETOR DA ENERGIA ELÉTRICA (Página 4)



A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES NA RFFSA (Página 9)



Não Transportam de Forma Mecânica a Experiência Alheia Para Seu País



EM DISCURSO NA EMBAXADA CHINESA EM MOSCÓU, N. S. KRUSCHIOV ELOGIA A SABEDORIA, A FLEXIBILIDADE E O PROFUNDO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INTERNAS DA CHINA DEMONSTRADAS PELO P.C.C.

Em recente recepção oferecida pelo embaixador chinês às delegações do Congresso Nacional do Povo Chinês e do Conselho do Povo, de Pequim, na capital soviética, N. S. Krushiov, 1.º Secretário do Comitê Central do P. C. U. S., pronunciou um discurso do qual extraímos os seguintes trechos:

«Os homens e mulheres soviéticos admiram as vitórias do povo chinês, as vitórias do glorioso e fraternal Partido Comunista da China, sob cuja liderança o povo chinês está construindo victoriosamente o socialismo. A experiência da construção do socialismo na China é valiosa e interessante.

«A delegação do Congresso Nacional do Povo da China é composta de enviados de diferentes camadas da sociedade chinesa. Ela compreende comunistas, representantes de outros partidos e organizações públicas da China, líderes das Federações do Comércio e da Indústria de Toda a China e representantes da intelectualidade. A delegação também inclui prominentes líderes do Kuomintang, que antigamente ocupavam altos postos no governo Chiang Kai-shek. Vossa delegação, embora heterogênea em sua composição, é entretanto unida por seu desejo de construir a nova China.

«Na China a revolução desenvolve-se em formas originais, onde a parte nacional patriótica da burguesia participa juntamente com os operários, camponeses e intelectuais, na construção de uma nova sociedade. Os círculos comerciais e industriais e o governo popular se compreendem mutuamente bem. Nas condições da República da China os métodos

estão dando sua contribuição à causa de todo o povo.

«O povo chinês derrotou seus inimigos externos e internos, estabeleceu e consolidou a ditadura democrática do povo, assegurou o desenvolvimento da China dentro da linha socialista. Tal é o estado real das coisas.

«Congratulamo-nos com isso e aclamamos as históricas realizações da grande China, pois que essas realizações expressam a sabedoria, a flexibilidade e a profunda compreensão das condições específicas do país pelo fraternal Partido Comunista da China.

No curso da revolução chinesa o Partido Comunista da China está utilizando a rica experiência da grande revolução socialista de outubro, a experiência do Partido Comunista da União Soviética, de todos os partidos comunistas e operários irmãos. Mas os comunistas chineses não estão transportando esta experiência mecanicamente para seu país, eles a estão aplicando de forma criadora, de acordo com as condições nacionais chinesas, fazendo bom uso dessa experiência no interesse da revolução, no interesse do povo chinês.

«Os camaradas chineses dizem: nós estamos ligados por laços de inquebrantável amizade com a União Soviética, irmanados com o Partido Comunista da União Soviética e com os outros partidos comunistas e operários nós utilizaremos a experiência de nossos amigos sovié-

ticos, de todo o movimento operário internacional. Isto mostra que o Partido Comunista da China valoriza altamente a solidariedade internacional do povo trabalhador, a solidariedade fraternal dos partidos comunistas e operários, e aplica consequentemente os princípios do internacionalismo proletário.



Crônica Internacional

Estreitamento da Amizade Entre os Países Asiáticos

CHU EN-LAI, PRIMEIRO-MINISTRO DA CHINA, VISITA A INDIA, A BIRMANIA E O PAQUISTÃO, NUMA VIAGEM DE BOA VONTADE

O primeiro-ministro da República Popular Chinesa, Chu En-lai está realizando uma viagem de amizade a vários Estados asiáticos, já tendo encerrado a primeira fase de sua visita à Índia. No decorrer dessa visita, o dirigente chinês manteve demoradas conversações com o primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru percorrendo, a seguir, o país e terminando a excursão com uma visita triunfal a Calcutá, onde foi ovacionado por mais de um milhão de pessoas.

A seguir, dirigiu-se para Rangun, capital da Birmânia onde, entre outros assuntos, deverá discutir o estabelecimento das fronteiras entre esse país e a China, e para Karachi, capital do Paquistão, país que nem sempre

têm mantido as melhores relações com a China.

Não há necessidade de encarecer a importância da excursão diplomática de Chu En-lai, principalmente neste momento de crise política internacional. China e Índia constituem os dois principais pilares do grupo de países afro-asiáticos (o chamado grupo de Bandoeng) que teve atuação decisiva no relativo desanuviamento de tensão ocorrido em 1953-1955, e no estabelecimento de uma «zona de paz». Não é esta, aliás, a primeira vez que os dois estadistas dos principais Estados da Ásia debatem em conjunto os principais aspectos da situação internacional. Em anterior oportunidade, fixaram ambos os «cinco princípios»

de coexistência pacífica, posteriormente adotados por dezenas de outros Estados, em sua forma primitiva ou em sua essência. Após permanecer alguns dias no Paquistão, Chu En-lai regressará à Índia para novas conferências com Nehru que, entretanto, visitará a capital norte-americana.

Em todo o mundo as pessoas amantes da paz aguardam os melhores êxitos à viagem do Primeiro-Ministro da grande República Popular da China.



A Reunião do Conselho da NATO

Ao dirigir-se para a reunião do Conselho de Ministros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Mr. Dulles classificou-a como uma das mais importantes, senão a mais importante de sua história. E, nesse caso, o dirigente do Departamento de Estado norte-americano tem evidente razão: as fraturas já observadas no bloco político e militar imperialista nunca foram tão visíveis como agora, bastando recordar, a respeito, as divergências observadas entre a posição anglo-francesa e a norte-americana na questão de Suez. Ao mesmo tempo, em outros pontos, particularmente na Europa, está longe de ter encontrado um ajustamento a diplomacia dos três grandes ocidentais. O inelutável jogo de contradições entre os mais rapaces grupos do capital financeiro dá pouco a pouco, seus aguardados frutos: hoje, em muitos pontos da terra, as contradições mais agudas são aquelas que fazem defrontar-se os grandes Estados capitalistas. Ora, o Tratado do Atlântico Norte foi instaurado precisamente numa época e num tempo em que essas contradições estavam amortecidas e toda a política de Washington, Londres e Paris tinha bastante unidade em face dos países socialistas. Busca-se, pois, fortalecer uma aliança antes mesmo que tenham sido sanados os motivos que a fizeram enfraquecer-se. Tarefa ingrata, como demonstrarão os próximos meses.

A experiência de invasão do Egito demonstrou claramente que não seria possível aos imperialistas estabelecer na área do Oriente Médio seus velhos métodos sem arcarem com as responsabilidades de desfechar uma nova guerra mundial. No desastre do Nilo a Grã-Bretanha derrocou grande parte de sua posição de grande potência, em detrimento dos governos nacionais árabes e dos próprios Estados Unidos. Esses, que a vinham deslocando da região, têm agora novas razões para reivindicar também ali a liderança do bloco financeiro que os ingleses e franceses procuraram manter nas próprias mãos. Por outro lado, as divergências não se limitam a distúrbios entre as três potências: durante a crise egípcia, muitos membros da aliança atlântica tomaram posição contrária à anglo-francesa, sem esquecer que em relação à Grécia, por exemplo, o sistema de aliança está de certo modo inativo.

Nem por isso, porém, haveria que considerar inócua a reunião dos chanceleres que se avistam em Paris. Se as divergências entre seus países ganham força sempre crescente, nem por isso chegaram

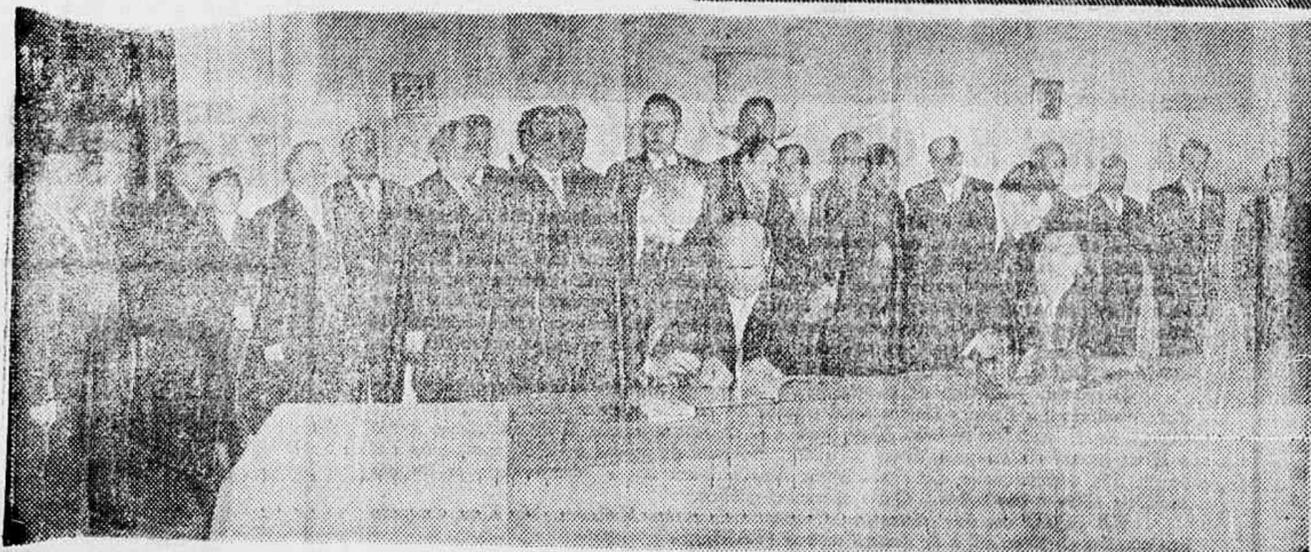
a superar os pontos de união, comparáveis aos de piratas que estão no mesmo barco. A defesa de suas posições «comuns» permanece válida, como base principal de sua política.

As declarações de Dulles indicam, com bastante clareza, que se procura rever o que ele classifica de «processo de interdependência entre a Europa Ocidental e o Oriente Médio», isto é, entre a política imperialista no mundo árabe e na Europa, em geral. Tudo indica que os grosseiros chavões sobre uma pretensa ameaça soviética aos países da Europa ocidental serão novamente utilizados com vistas a tornar as brechas entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França. São sintomáticas a respeito as iniciativas tomadas na ONU pela delegação norte-americana sobre a guerra civil húngara.

Se os ingleses não podem, na atualidade, desenvolver qualquer política mais dura no Oriente Médio sem o apoio norte-americano, os ianques, por seu lado, encontram sérias dificuldades na Europa, das quais pode servir-se o Foreign Office. Existe, pois, a possibilidade de barganha, maior ou menor, entre as duas principais potências do bloco. Entretanto, rejuvenescer a OTAN já não é mais possível. Pode-se à custa de injeções fazer com que um velho cardaco sobreviva algum tempo; mas nenhum médico conseguiria que ele pulasse corda.

Exatamente durante esta sessão do Conselho de Ministros deverá ser discutido o projeto econômico formulado pelos ministros do Canadá, Itália e Noruega, na base da reunião anterior, quando o ponto de vista norte-americano, de manter e acentuar o caráter do pacto foi derrotado. Lembramos na ocasião que essa tendência de dar maior ênfase ao aspecto econômico (até então abandonado do tratado) era uma das formas concretas de mudar aos poucos o seu caráter e que nesse sentido se orientavam vários países. A nova situação internacional dá a Dulles alguns falsos argumentos para tentar bloquear de certo modo a decisão anterior do Conselho, e reforçar os aspectos militares.

Nessas condições de desacordo, é pouco provável que a reunião alcance resultados objetivos de grande importância, embora certas palavras altissonantes possam constar do comunicado final. Que se lembre o velho ditado: «por fora bela viola...»



Em 21 de dezembro, no Kremlin, realizou-se a assinatura de uma Declaração firmada pelos governos da URSS e da República Popular da Romênia. No clichê, durante a assinatura da Declaração, N. A. Bulgárin e Kivu Stoica, Pres. do Conselho de Ministros da Romênia (TASS).

TRABALHOS SOBRE O CULTO À PERSONALIDADE

ACABA de aparecer, em edição da Vitória, uma coletânea de trabalhos sobre a questão do culto à personalidade e os temas do XX Congresso do PCUS. A coletânea inclui a Declaração do CC do PCUS sobre o culto à personalidade, o editorial do «Jemijipao» sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado, a entrevista de Palmiro Togliatti à revista «Nuovi Argomenti» e o informe do secretário geral do PCI ao CC do Partido, no mês de junho e, além de outros trabalhos, as cartas de Lênin ao XII Congresso do Partido, conhecidas como o Testamento de Lênin.

Entrevista de Luiz Carlos Prestes à Imprensa Popular

AS ÚLTIMAS PROVOCAÇÕES GOLPISTAS ☆ O FECHAMENTO DA FRENTE DE NOVEMBRO E DO CLUBE DA LANTERNA ☆ A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS DIANTE DOS ACONTECIMENTOS

PERGUNTA — Desejávamos conhecer sua opinião sobre as últimas provocações golpistas.

RESPOSTA — Os últimos acontecimentos mostraram o quanto se aguçou a luta política em nosso país e como continuam ativos e dispostos a todas as aventuras os piores inimigos de nosso povo. Mas as novas provocações golpistas assumem no momento maior gravidade porque constituem também um reflexo em nosso país do atual agravamento da situação internacional.

Os imperialistas norte-americanos querem aproveitar a oportunidade para consolidar suas posições no Brasil e barrar o processo de unificação e fortalecimento das forças patrióticas e democráticas que lutam em defesa da soberania nacional, pela independência e pelo progresso do Brasil. Os monopólios lanques não desistiram — nem desistem facilmente — de apoderar-se do petróleo brasileiro, declaram abertamente que não se conformam com a recente decisão do governo brasileiro em defesa dos minerais radioativos e continuam reclamando o direito de possuir bases militares em nosso solo. Para alcançarem seus objetivos contam com seus agentes no país e com os políticos e militares reacionários aos mesmos ligados. É sabido que a camarilha golpista, derrotada nas urnas de 3 de outubro e posteriormente afastada do poder pelos movimentos patrióticos de novembro de 1955, não foi no entanto desarticulada. Muitos de seus elementos continuam ocupando posições importantes no aparelho do Estado e altos postos nas forças armadas, especialmente na Marinha e Aeronáutica. Constituem por isto uma séria ameaça aos interesses do povo e ao futuro da nação. Tudo fazem para tentar romper a unidade alcançada pelas forças patrióticas e democráticas, agitando para isto a surrada bandeira do anticomunismo sistemático, mas utilizando-se também dos erros e vacilações do governo do sr. Juscelino Kubitschek e do crescente descontentamento popular. Não por acaso, concentram o fogo de seus ataques no Ministro da Guerra, general Teixeira Lott, que é incontestavelmente, no seio do atual governo, quem mais firmemente tem lutado em defesa da soberania nacional e contra a intervenção estrangeira nos negócios internos de nosso país. Os

ataques ao general Teixeira Lott, para quem se voltam neste momento as mais amplas forças populares e todos os verdadeiros patriotas que aspiram por uma pátria livre e pelo progresso do Brasil, revelam o fundo entreguista de todas as manobras dos golpistas e mostram claramente os objetivos que visam alcançar — impor ao país uma ditadura terrorista que golpeie fundo o movimento operário e patriótico, que liquide os últimos vestígios de liberdade e que possa, assim, entregar todas as riquezas nacionais aos monopólios norte-americanos e submeter o país por completo à política reacionária dos círculos dirigentes dos Estados Unidos.

PERGUNTA — Qual sua opinião a respeito do fechamento pelo governo da Frente de Novembro e do Clube da Lanterna?

RESPOSTA — Esses atos do governo federal constituem um grave erro político. Não é com medidas arbitrárias e atentadas à Constituição que o governo porá fim às provocações golpistas. Tem-se a impressão de que o sr. Presidente da República ainda vacila entre os interesses em choque, quer dizer, entre os verdadeiros interesses da nação e os de uma minoria reacionária e servil dos monopólios norte-americanos. E isto, nas condições atuais, é mais do que nunca um suicídio político. O sr. Juscelino Kubitschek está completamente equivocado se supõe possível, nesta altura dos acontecimentos, trair impunemente todos seus compromissos eleitorais e realizar como presidente constitucional o que não conseguiram fazer os srs. Café Filho e Carlos Luz.

É incontestável, no entanto, que se o governo federal quiser efetivamente lutar dentro da Constituição contra as maquinações golpistas terá ao seu lado o apoio decidido e entusiasta da maioria da nação. Com exceção da minoria reacionária inconformada com o resultado das eleições presidenciais de 1955, o país inteiro reclama paz e um governo estável, quer liberdade, a defesa intransigente da soberania nacional e medidas concretas em benefício do desenvolvimento independente da economia nacional e da melhoria das condições de vida do povo. A nação não pode continuar por mais tempo ao sabor das criminosas maquinações dos golpis-

tas e entreguistas. O combate e desmantelamento de tais maquinações muito dependem da mobilização e da unidade das forças democráticas e patrióticas, mas também da atuação do governo. Neste sentido, é indispensável que o sr. Presidente da República se disponha a realizar de fato suas promessas eleitorais, o que significa modificar no sentido democrático e progressista a política externa e interna do país — estabelecer relações comerciais e diplomáticas com todos os povos, defender de maneira firme e consequente a soberania nacional contra o assalto dos monopólios norte-americanos, tomar medidas práticas contra a inflação e a carestia da vida, assegurar o rigoroso respeito à Constituição, pondo fim às perseguições políticas e a toda espécie de discriminação política e ideológica incompatível com o espírito e a letra da Constituição. Se o sr. Presidente da República quer efetiva e consequentemente defender a Constituição, se quer combater os conspiradores golpistas e não apenas ameaçá-los e atacá-los em palavras somente, deverá reconhecer que não é o Partido Comunista nem são os comunistas que pregam o golpe de Estado ou militar. O anticomunismo neste momento é bandeira dos Pena Bôto, Lacerda & Cia. e quem a utiliza alia-se de fato aos golpistas, capitula diante de suas ameaças e trai os interesses da nação. Os comunistas concorreram para a vitória eleitoral de 3 de outubro, apoiaram ativamente os movimentos de novembro de 1955, lutaram pela posse dos eleitos, orgulham-se disto e nada poderá impedir que continuem lutando em defesa das liberdades, da Constituição, da soberania nacional e de melhoria das condições de vida do povo.

PERGUNTA — Qual a posição do Partido Comunista diante dos acontecimentos?

RESPOSTA — Em duas direções principais deve, neste momento, ser concentrada toda a atividade dos comunistas. É indispensável e urgente esclarecer a opinião pública e redobrar de esforços para unificar as mais amplas forças patrióticas e democráticas. O povo deve ser alertado para o perigo que representam as maquinações golpistas e esclarecido a respeito das intenções entreguistas e reacionárias desses senhores que querem instaurar no Brasil uma ditadura terrorista a exemplo das muitas que já existem em diversos países de América Latina. Como comunistas, lutamos pelos interesses do povo, de todos os trabalhadores, mas justamente por isto não devemos permitir que o descontentamento popular e as lutas reivindicatórias dos trabalhadores possam ser utilizadas por seus piores inimigos em suas tentativas desesperadas pela instauração de uma ditadura terrorista. Estreitando ainda mais nossas ligações com as massas e dirigindo com acerto suas lutas, tudo devemos fazer para unificar todas as forças capazes de lutar em defesa das liberdades, da soberania nacional e por melhores condições de vida para o povo. Saibamos afastar e combater tudo aquilo que possa concorrer para dividir as forças patrióticas. Para enfrentar as ameaças golpistas o fundamental no momento é encontrar a plataforma mínima em torno da qual seja possível alcançar a unidade de ação de todos os patriotas e democratas que querem impedir a instauração no país de uma ditadura terrorista, defender as riquezas nacionais e impedir a interferência de governos estrangeiros nos negócios internos de nosso país. Com semelhantes propósitos é que nos dirigimos neste momento a todos os compatriotas e os convidamos a juntos encontrarmos as melhores formas de organização e de ação que nos permitam impedir a realização de quaisquer planos e medidas reacionárias e entreguistas, que facilitem o isolamento da minoria golpista e assegurem a participação ativa das grandes massas populares ao lado do setor patriótico das forças armadas na emergência de um choque com as forças da reação e do imperialismo. Estamos convencidos de que as forças patrióticas e democráticas são potencialmente muito mais poderosas que a minoria golpista e que se conseguirem efetivamente unificar sua vontade e sua ação serão invencíveis e poderão, através de um caminho democrático, fazer o Brasil avançar no sentido da liberdade, do progresso e do bem-estar e cultura para seu povo.

Prorrogada a Lei do Inquilinato

Semana Política

O sinistro grupo do golpe — e atrás deles, seus assessores norte-americanos — anda desesperadamente em busca de material inflamável que possa servir ao desencadeamento de outro 24 de agosto. Onde não há pretexto para intrigas, manobras divisionistas e tentativas de desmoralização contra o governo e, particularmente, contra seus setores democráticos e patrióticos, os golpistas procuram inventá-lo com sua fecunda imaginação. Assim são as tentativas desesperadas de reedição de provocações no estilo da "carta Brandi", com o objetivo de intrigar o Vice-Presidente da República e outras figuras do governo com setores desavisados da opinião pública, notadamente das forças armadas.

Mas, é necessário dizer que não faltam, também, materiais explosivos verdadeiros postos em mãos dos golpistas pelas vacilações do próprio governo em atacar, com espírito democrático e patriótico, alguns dos mais sérios problemas do povo.

Um desses problemas é o da carestia da vida. Ela continua, cada vez mais pesada para as grandes massas do povo. O sr. Kubitschek faz promessas, demonstra "boa vontade", mas não toma medidas efetivas. Estas medidas efetivas incluiriam, necessariamente, uma taxação mais fortemente progressiva sobre os grandes lucros e a quebra do monopólio até agora exercido sobre o nosso comércio exterior pelos imperialistas norte-americanos. Não são estas — e outras também indispensáveis — medidas impossíveis

ou muito difíceis de serem adotadas. Mas, para realizá-las, teria o governo de procurar mais decididamente o apoio do povo e das forças políticas populares, em vez de namorar apenas este apoio, ao mesmo tempo que ainda vacila diante das exigências dos monopólios lanques e de grupos econômicos internos reacionários.

Para o atual governo e, especialmente, para o setor democrático que nele está representado, não há outra saída: ou dá passos mais firmes em direção do povo ou ficará à mercê das intrigas e conspirações do golpismo-entreguista, que tenta uma revanche das derrotas que sofreu a 3 de outubro e a 11 de novembro.

Mas — e isto é da maior importância — a iniciativa desta marcha do governo em direção dos anseios e reivindicações populares não é de exclusiva responsabilidade do próprio governo. É também, e em medida considerável, de responsabilidade das forças populares e democráticas. Somente na medida em que, através de uma crescente mobilização das massas, os setores democráticos e patrióticos do governo se sintam capazes de enfrentar com êxito as pressões reacionárias, é que marcharão com maior velocidade ao encontro das aspirações populares. Tudo o que possa contribuir para a radicalização das posições atuais das forças nacionalistas dentro do governo, sem movimentação das grandes massas, seria, na verdade, expor a graves reveses o movimento democrático que se desenvolve ainda timidamente.

A CAMARA dos Deputados aprovou a prorrogação da lei do inquilinato, que, assim (e com algumas alterações) permanecerá em vigor por mais um ano. Os representantes dos tubarões imobiliários conseguiram introduzir e fazer aprovar emendas que permitem elevações escorchantes dos aluguéis de casas pertencentes a viúvas, órfãos e instituições de beneficência. Como se sabe, numerosas instituições de beneficência possuem, nas grandes cidades, considerável patrimônio imobiliário. Os aluguéis de seus imóveis serão aumentados em proporções enormes. Também poderão ser aumentados, em certas condições, os imóveis para fins não residenciais.

A emenda congelando os arrendamentos rurais foi rejeitada.

PRORROGAÇÃO, VITÓRIA DO POVO

A prorrogação da lei do inquilinato foi uma vitória do povo brasileiro, contra as manobras dos tubarões imobiliários, que tudo fizeram para conseguir a liberação dos aluguéis. Os representantes dos tubarões recorreram a todo o tipo de manobras na Câmara e no Senado, não

somente para conseguir uma lei especial que lhes atendessem como — perda essa possibilidade — para impedir a votação da prorrogação. Todos os expedientes protelatórios foram usados, particularmente no Senado. A vigilância da opinião pública e a pressão exercida sobre o Parlamento foi, porém, mais forte, e a prorrogação foi mais uma vez, aprovada, às vésperas do encerramento da sessão legislativa, dependendo, agora, somente da sanção presidencial, que se tem como certa.

MENSAGEM DO C.C. DO PCB AO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1956.
Ao Comitê Central do Partido Comunista Italiano.

Estimados camaradas:
O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em nome de todos os membros do Partido e interpretando os sentimentos democráticos do povo brasileiro envia ao Comitê Central do Partido Comunista Italiano, a seu eminente dirigente, camarada Palmiro Togliatti, e aos delegados ao VIII Congresso do P. C. I. sua saudação fraternal e seus mais calorosos voios.

Acompanhamos com o mais vivo interesse o crescimento constante do prestígio do P. C. I. junto ao povo italiano, o reforçamento continuado da unidade das forças democráticas na Itália e os importantes progressos da classe operária italiana guiada pelo P. C. I. em sua luta pela causa da paz, da democracia e do socialismo.

Neste momento em que o movimento comunista, a despeito dos ataques e provocações de todas as forças reacionárias no mundo inteiro, reforça a unidade internacio-

nal da classe operária, corrigindo e vencendo com êxito os erros e defeitos em suas próprias fileiras e dando novos passos para a frente sempre e cada vez mais fiel à doutrina marxista-leninista, o Comitê Central do P. C. B. augura ao vosso VIII Congresso um completo êxito. Desejamos ao vosso Partido novos sucessos no combate pela aplicação de vossa Constituição republicana, pela unidade dos trabalhadores comunistas com os trabalhadores social-democratas e católicos, pela ampla aliança da classe operária com os camponeses e demais forças democráticas do povo italiano. Estamos certos de que o povo italiano dirigido pela classe operária e seu Partido Comunista continuará dando sua inestimável contribuição ao esforço pela salvaguarda da paz e pelo desenvolvimento de relações de amizade entre todos os povos.

Fraternalmente,
Pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

Luiz Carlos Prestes — Secretário-Geral.

Não Basta Eletrificar: é Necessário Firmar Uma Clara Política Nacionalista

O governo do sr. Juscelino Kubitschek, com o apoio de vários governos estaduais, vem procurando dar a decisão e a unidade na da eletrificação do país. Não é necessário dizer a importância das medidas planejadas para a nossa expansão indus-

trial, que pode se tornar um fator decisivo na conquista de nossa independência econômica.

DEFINIÇÃO DE ORIENTAÇÕES

De fato, as obras visadas no plano da Eletrobrás (elaborado ainda no governo de Getúlio Vargas) e no Plano Federal de Eletrificação possibilitarão um acréscimo até 1960, de 2 milhões de quilowatts aos 3 milhões até agora instalados. Em 1965 poder-se-á produzir 8 milhões de quilowatts. Será um passo gigantesco para se dar uma estrutura industrial ao nosso país.

Entretanto, muita coisa é ainda planejamento — e planejamos apenas, enquanto, por outro lado, o governo não definiu com suficiente clareza sua orientação sobre a política a seguir em relação ao problema da energia elétrica. A questão básica — em mãos de quem ficará, as obras financiadas através do fundo de eletrificação e a distribuição da energia por elas produzida — não foi, ainda, resolvida, como é mister, pelo governo federal. O próprio projeto da Eletrobrás, de caráter nacionalista e cuja execução permitirá que o Estado se torne, rapidamente, o principal produtor e distribuidor de energia elétrica no país (quebrando, assim, o monopólio até agora exercido pela Light e a Bond and Share) não foi ainda aprovado.

TRÊS MARIAS E FURNAS

Nas próprias obras que se encontram em vias de execução independentemente da constituição da Eletrobrás se notam, claramente, as vacilações do atual governo em expor uma clara e nítida orientação nacionalista.

Vê-se isto, particularmente, nos casos concretos dos projetos de construção da barragem de Três Marias (Minas Gerais) e da usina de Furnas (São Paulo-Minas).

A barragem de Três Marias, como está planejada, será uma das obras mais grandiosas já empreendidas em nosso país, no terreno da energia elétrica. A barragem deverá ter cerca de 2.600 me-

tros de comprimento por 64 de altura máxima, regularizando o curso do São Francisco entre Pirapora e Jazeiro, num percurso navegável de 1.200 quilômetros. A represa fornecerá, ainda, cerca de 500.000 quilowatts à importante zona de Minas Gerais com amplas condições para rápido desenvolvimento industrial (inclusive B. Horizonte). Prevê-se sua construção total num prazo de seis anos.

O mais importante é que Três Marias não estará subordinada aos trustes de energia elétrica (Light e Bond and Share) pois se encontra fora dos sistemas controlados pelos dois grandes povos imperialistas.

ESTRANHA VACILAÇÃO

Por isto mesmo é verdadeiramente estranha a vacilação do governo federal quan-

to à necessidade de se atacar, sem qualquer paralisação ou adiamento, as obras de Três Marias. Procurando criar rivalidade entre interesses de industriais paulistas e industriais mineiros, a Light e mesmo a Bond and Share procuram influenciar o governo no sentido de conceder prioridade de financiamentos para a construção da Usina de Furnas (que deverá produzir 1 milhão de quilowatts). Acontece, porém, que a usina de Furnas está dentro do sistema controlado pela Light, a qual reivindica para ela própria a administração da usina e a distribuição da energia ali produzida.

Não resta dúvida que o parque industrial paulista necessita de mais energia elétrica e que esta lhe pode ser fornecida, com relativa abundância, através da usina de Furnas. Entretanto, não se

pode, de nenhum modo, reduzir a importância da barragem de Três Marias para a industrialização de uma zona de imensas possibilidades (inclusive para instalação de indústria pesada) como Minas Gerais. E não se pode perder de vista, nem um instante, que Três Marias será uma obra, desde logo, exclusivamente de interesse nacional, enquanto a usina de Furnas, embora inevitavelmente importante para o desenvolvimento industrial de São Paulo, se inclui, no momento atual, dentro do quadro de interesses dos trustes para o fortalecimento de suas posições monopolísticas na produção e distribuição de energia elétrica do país.

TRÊS MARIAS, OBRA GENUINAMENTE NACIONAL

Nestas condições, seria le-

siva aos interesses nacionais a concessão de prioridade (como o quer o sr. Lucas Lopes, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) à construção da usina de Furnas em detrimento da barragem de Três Marias.

Se houver recursos financeiros suficientes, que se trate de executar simultaneamente as duas obras, mas, desde já procurando-se afastar o controle que pretende a Light sobre a usina de Furnas (e isto seria possível mediante a nacionalização — a nacionalização real, e não a manobra que tenta presentemente o truste com este nome — das subsidiárias da empresa lanque-canadense). Enquanto esta nacionalização não for efetivada, nem de longe se pode cogitar de qualquer prioridade de Furnas sobre a construção de Três Marias.

MENSAGEM DO C. C. DO P.C.B. AO PARTIDO COMUNISTA DA ARGENTINA

Rio de Janeiro, novembro de 1956.

Ao Comitê Central do Partido Comunista da Argentina Querido camarada Vitorio Codovilla

Tomamos conhecimento das medidas antidemocráticas do governo argentino impedindo o registro eleitoral do P.C.A. e determinando a invasão política às sedes de diversas organizações do Partido. Formulando nossos veementes protestos contra tais atos arbitrários, reiteramos nossa ativa e fraternal solidariedade aos queridos camaradas.

O P.C.A. tem uma gloriosa tradição de luta patriótica em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo argentino, em defesa da democracia, da independência e do progresso da Argentina. Sempre seguimos com especial atenção a luta do Partido irmão da Argentina no qual nos vimos estreitos laços de amizade. Vossa luta abençoada fará fracassar os planos dos imperialistas norte-americanos e destróirá as manobras e arbitrariedades da reação argentina.

Na luta comum contra o imperialismo lanque e as forças reacionárias internas, os povos da Argentina e do Brasil são inseparáveis porque têm ao seu lado a solidariedade internacional dos trabalhadores e o poderoso campo da paz e do socialismo à cuja frente se encontra a gloriosa União Soviética.

Inspirados neste espírito de luta e unidade, encorajados nos queridos camaradas existentes em seu trabalho.

Abraços fraternalmente pelo C. C. do P. C. B. LUIZ CARLOS PRESTES Secretário-Geral

Resoluções do Pleno do Comitê Regional do PCB no R. G. do Sul

O Comitê Regional do PCB no Rio Grande do Sul esteve reunido para debater as questões relacionadas com os trabalhos e ensinamentos do XX Congresso do P.C.U.S., para discutir o Projeto de Resolução emitido pelo Comitê Central do Partido.

I) O Pleno do Comitê Regional manifestou sua confiança no Comitê Central que, com o Projeto de Resolução, abriu caminho ao livre debate de importantes questões da vida partidária e que, por isso mesmo demonstra a sua capacidade auto-crítica, indispensável no momento em que o Partido enfrenta problemas tão sérios como o de sua democratização interna.

II) O pleno, ao mesmo tempo que reconheceu a importância do Projeto de Resolução, considerou não satisfatória a auto-crítica nele contida quanto à demora na sua divulgação, pois isto determinou sério prejuízo ao Partido, notadamente na ordenação do debate público que apesar de altamente positivo, deu lugar a manifestações contrárias aos princípios que regem o Partido.

III) Foi aprovado o estudo apresentado pela Comissão Especial do Comitê Regional sobre o Projeto de Resolução, no qual foram assinaladas diversas deficiências que o Pleno considera possam suprimir-se com as seguintes sugestões aqui resumidas:

— fundamentação das teses contidas no Projeto; abrir francamente a discussão em torno do Programa, examinando as teses sugeridas; examinar as experiências da aplicação dos Estatutos; exame e estudo das experiências acumuladas no trabalho do Partido; balanço dos êxitos alcançados na luta anti-imperialista e de massas; aprofundamento da questão da burocratização dos quadros do Partido; fixação mais clara de nossa posição frente ao governo.

IV) O Pleno reconheceu que a completa unidade em torno do Comitê Central e do camarada Prestes, é um fator de segurança para um efetivo e proveitoso processo de democratização do Partido, fortalecimento de suas fileiras, orgânica e ideologicamente (e de um justo trabalho de ligação com as massas. Reconheceu o Pleno a inteira justiça dos conceitos e da oportunidade da carta do camarada Prestes dirigida ao Comitê Central.

V) A par disso o Secretariado do C.R. foi criticado por ter temporizado na solução de problemas vitais do Partido na região, ao mesmo tempo que foram aprovadas recomendações para a adoção de medidas concretas visando resolvê-los.

VI) O Pleno do C.R. considera que a tarefa de democratização interna constitui um encargo de honra que está nas mãos de todos os militantes, indistintamente. Considera que o processo de democratização recém se inicia e que sua consolidação dependerá do grau de vigilância de cada um no combate ao autoritarismo, ao mandonismo e ao culto à personalidade em suas diversas manifestações.

A livre discussão e a crítica livre e aberta, devem ser

feitas com firmeza, decisão e espírito de Partido, na certeza de que não mais sobreviverá o sistema até há pouco reinante no Partido.

VII) O Pleno criticou com vigor a todos os membros do Comitê Regional e particularmente, o seu Secretariado, pelos sérios defeitos verificados em todo o trabalho na região, quase todos eles produto das violações da legalidade estatutária e do autoritarismo indiscriminado. Ficou decidido assegurar a todos os elementos afastados ou punidos o direito de exigir a revisão de seus casos, para o que foi criada uma Comissão Especial, sem prejuízo de um balanço a respeito da política de quadros até aqui adotada.

VIII) Na luta pela democratização, o Pleno do C.R. recomenda que se leve em presente a necessidade de intensificar a luta de massas pelas reivindicações populares, em defesa das liberdades democráticas e contra a carestia da vida. Para isto é preciso observar com a devida atenção e respeito a opinião do povo, não esquecendo, assim, o poder criador das massas.

IX) Na órbita partidária, a luta pela democratização interna deve se fazer presente em todas as oportunidades, tendo em conta que o debate deve ter por objetivo despertar a vontade e o espírito de iniciativa dos militantes para uma atividade maior em defesa do povo; a direção coletiva é uma lei. Nas organizações do Partido não há distinção entre os direitos, daqueles que dirigem e daqueles que são dirigidos. Há uma disciplina igual para todos, o que significa dizer que todos têm os mesmos direitos e deveres. A prestação de contas é obrigatória, é um dever das direções para com seus organismos.

X) O Pleno aplaudiu os pronunciamentos do Comitê Central relativamente ao problema da Hungria e a agressão ao Egito, manifestando sua solidariedade e a confiança de que o proletariado e o povo húngaros e seu poder democrático popular farão prevalecer seus legítimos interesses sobre os agentes da reação e do imperialismo.

O Pleno expressou sua admiração e solidariedade a luta dos povos árabes contra a agressão anglo-francesa, reclamou a imediata retirada dos agressores do solo egípcio. Todos os povos do mundo, neste momento, em defesa da Paz, colocam-se ao lado dos que são vítimas da agressão imperialista.

XI) O Pleno do C.R. como resultado das questões gerais que foram examinadas, decidiu convocar para a devida oportunidade uma Conferência Regional.

XII) A realização do Pleno do Comitê Regional pela relevância e importância dos assuntos tratados e tendo em vista a situação política que o país atravessa, constituiu um acontecimento de vulgar importância na vida do Partido e para as lutas de nosso povo.

Sem abrir mão de sua política independente, o Comitê Regional do P.C.B. no Rio Grande do Sul faz um chamado vigoroso a todo o Partido e a todo o povo, alertando para os perigos do golpe em franca preparação e sobre sua natureza declaradamente de terror fascista a serviço do imperialismo lanque. São os golpistas tradicionais agentes do imperialismo americano, entreguistas emperdidos barçados a 11 de novembro.

Numa tal situação todo o povo, com os comunistas à frente, não podem ter um momento de vacilação na defesa da estabilidade do governo atual, mobilizando desde já as massas — todas as forças democráticas — para a luta contra os golpistas que visam substituir um governo eleito, por um governo imposto, inimigo do povo.

O Comitê Regional, ao encerrar o seu Pleno, manifestou sua confiança inabalável nas forças do Partido, da classe operária e do povo, expressando a certeza de que novas lutas e grandes vitórias abrirão para nossa terra o caminho que levará a felicidade, a paz, o bem-estar e o progresso para nossa pátria.

Elo Grande do Sul, novembro de 1956.

REUNIU-SE O CR OESTE PAULISTA

Dias 15, 16, 17 e 18 de novembro esteve reunido o C. R. Oeste Paulista, ampliado com secretários de zona e representantes da U. J. C.

Foi uma reunião altamente positiva, com exercício da crítica e da auto-crítica. Muitas críticas foram feitas, principalmente ao secretariado do C. R. pelos seus métodos de trabalho.

Foram tomadas várias resoluções visando elevar a atividade do Partido na Região, corrigir métodos de trabalho, melhorar o trabalho de massas e combater a burocracia.

Entre as várias resoluções, destacamos:

a) — Considerar insatisfatória a auto-crítica do C.C. do P. C. U. S. sobre o culto à personalidade de Stálin.

b) — Levando em conta que os documentos do Partido destinados às amplas massas são escritos numa linguagem muito difícil sugere ao C.C. do P.C.B.

que os mesmos sejam redigidos com mais simplicidade.

c) — Recomendar a todo o Partido na Região que desenvolva uma ampla campanha de solidariedade ao povo egípcio.

d) — Levando em conta que ainda existem os métodos de mandonismo e imposição no tratamento com os quadros, o C. R. deverá modificar os métodos até agora adotados, fazendo, ao mesmo tempo, um reexame na distribuição dos quadros, tendo em vista seu maior aproveitamento.

e) — Criar uma comissão especial de 3 membros para rever todos os casos de expulsão e outras medidas disciplinares impostas anteriormente na Região.

f) — Chamar a atenção do C. C. pela falta de vigilância na orientação dada a "Notícias de Hoje", particularmente no que se refere aos debates sobre o culto à personalidade e o noticiário sobre os acontecimentos na Hungria, como também na orientação confusa e contraditória de

nossa imprensa sobre: a "Marcha da Produção", confisco cambial e a transformação das terras em sociedade anônima.

g) — Chamar a atenção de todo o Partido para a aplicação dos estatutos em toda a sua plenitude, especialmente no que se refere a convocações de reuniões.

h) — Que o Partido incentive e estimule a atividade artística e cultural dos seus intelectuais e o estudo da teoria marxista-leninista para quantos a ele queiram se dedicar.

i) — Criar uma comissão coordenadora eleitoral para os entendimentos e acordos eleitorais. A reunião ampliada do C. R. Oeste Paulista foi encerrada num ambiente de alegria e ampla camaradagem, ficando demonstrado, na prática, que o amplo exercício da crítica e da auto-crítica só pode servir para reforçar o Partido e ligar ainda mais seus membros.

Oeste Paulista, 18 de novembro de 1956.

BOLETIM DE DEBATE

O PCB E A POLARIZAÇÃO DE FORÇAS

No Projeto de Resolução afirma-se que «nossa atuação tem sido, em geral, no sentido de acelerar a polarização de forças». É uma afirmação um tanto vaga para caracterizar um problema que se refere diretamente à nossa atuação política nos últimos tempos.

Sem dúvida esta tem sido nossa orientação. Ninguém poderá negar honestamente que temos lutado sempre pelas reivindicações patrióticas e democráticas e que contribuimos para o seu esclarecimento, assim como para a formação da consciência nacionalista que hoje existe no país.

O P.C.B., como organismo vivo, definitivamente enraizado na sociedade brasileira, dentro da qual constitui uma importante força política e, em determinadas circunstâncias, decisiva, não poderia estar alheio a todo o processo político em desenvolvimento no país.

No entanto, nossa atuação no sentido de acelerar a polarização de forças políticas precisa ser melhor examinada, provavelmente partindo de 1930 e passando por 32, 35, 37 e 45 onde, possivelmente se encontrarão opiniões e conclusões passíveis de reavaliação.

Por ora tentarei emitir algumas opiniões sobre nossa atuação a partir de 1950.

A meu ver, nossa posição abstencionista nas eleições presidenciais de 1950 foi um erro que prejudicou a polarização de forças. Nossa posição subsequente em face do governo Vargas, do qual participavam patriotas como o general Estilac Leal e outros, desajudou, igualmente, a unidade das forças patrióticas e progressistas. Contribuímos para desgastar o governo, do qual foram afastados, um após outro, todos os patriotas mais firmes, ao que se seguiu uma onda de reação indiscriminada contra o movimento patriótico, encabeça-

da por Pena Bóto. O desgaste do governo do senhor Getúlio Vargas, contribuiu para facilitar o golpe entreguista de 24 de agosto de 1954.

Após o 24 de agosto, um pouco arrastados pelos acontecimentos violentos que se produziram, assumimos uma posição justa: nos propusemos a marchar com todos os que, por um ou outro motivo, se opunham ao golpe entreguista e queriam impedir sua consolidação. Ali contribuimos para a polarização de forças e não foi pequeno nosso papel na coordenação das forças patrióticas e progressistas. No entanto, como nossa posição resultara mais de impacto dos acontecimentos de agosto, do que de uma revisão autocrítica profunda de nossas posições anteriores, pouco mais adiante nos separávamos de importantes setores da frente para concentrar nossas energias na luta «por um candidato independente». Ali não contribuimos para a polarização de forças, ou melhor, para o reforçamento das forças polarizadas. Mais tarde, sob a pressão dos acontecimentos e sem autocrítica profunda, mudamos de posição e viemos apoiar as candidaturas Juscelino e Jango, juntando-nos novamente à frente. Ali contribuimos e muito para a unidade. Nossa atuação foi decisiva na campanha eleitoral e em seu resultado final. Dai em diante, sempre marcados por vacilações que vão até ao recuo e ao ataque à aliados, temos ajudado ou desajudado à unidade das forças patrióticas e progressistas, segundo nossa maior integração ou defeção da frente comum.

Nossos zig-zagues, nossa pouca clareza, sobre a existência da frente, que leva mesmo a relutar em reconhecer que ela existe, apesar de seus defeitos e inconseqüências, não nos permitiu ainda fazer tudo o que podemos e devemos para reforçá-la. Cada defeção ou retraimento nosso é um golpe na frente, pois ela se assemelha a um exército na frente de ba-

Sobre o Projeto de Resolução

CAIO GABRIEL

II

talha. Se a tropa mais combativa e experimentada se retrai ou defecciona, toda a frente e a própria sorte da batalha estarão comprometidas.

Creio que tem razão o camarada Hélio Bloch, quando diz que, certos momentos, ao nos aproximarmos mais da chamada oposição, como na campanha pela anistia e na luta contra a lei de imprensa, calmos, mesmo sem o querer, na hostilidade à frente. É isto, por certo, não ajuda a ampliá-la e reforçá-la.

Penso que o certo seria, como diz ainda o camarada Hélio, procurar a solução dos problemas sempre dentro da frente, nunca fora dela, nem contra ela. Se ela é capaz ou não de solucionar os problemas que se apresentam, isto depende de sua maior ou menor força e da maior ou menor influência que nela exercem as forças populares.

ALGUMAS QUESTÕES A EXAMINAR

Considero que, para melhor compreender os problemas de nossa política atual, levantados em tese no Projeto de Resolução, é indispensável examinar algumas questões programáticas e outras incorporadas, ao tanto mecânicamente, ao nosso acervo de conceitos e teorias.

1. Parece-me necessário examinar a tese do Programa sobre o governo. Será que o governo é de fato «um governo de latifundiários e grandes capitalistas, instrumento servil dos imperialistas dos Estados Unidos»? Ou estaremos em face de um governo da burguesia, do qual os latifundiários ainda participam mas em plano secundário? Não serão os interesses da burguesia que levam o governo a resistir, ainda que timidamente e com inúmeras vacilações às pretensões dos monopólios norte-americanos? De qualquer forma, porém, o Projeto de Resolução admite que desse governo participem patriotas e democratas. Só isto já me parece suficiente para pôr em jogo a validade da tese do Programa sobre o caráter do governo.

2. Parece-me, também, que a tese de Stálin, enunciada no XIX Congresso do PCUS, de que a «burguesia jogou fora a bandeira da independência nacional e das liberdades democráticas», não era e não é válida para o Brasil, embora a tenhamos aceitado como uma verdade universal e inextorável. O próprio desenvolvimento econômico do país e a resistência que a burguesia vem opondo ao imperialismo norte-americano, através do governo, assim como sua oposição à ditadura terrorista, do tipo apregoado pelo golpismo entreguista, demonstram a inconsistência da tese, no que se refere ao Brasil.

3. Parece-me, também, que a tese do «atraso progres-

sivo», que aparece no Programa sob a formulação «a situação do povo brasileiro é cada dia mais penosa e insuportável», precisa ser melhor avaliada, pois na realidade não pode haver atraso progressivo em um país que se desenvolve economicamente. Há exploração, cada vez maior, da classe operária e dos trabalhadores em geral porque isto é inerente ao regime capitalista, mas não é a mesma coisa que atraso progressivo.

4. Penso, também, que o espírito do esquema sobre a FDLN, contido no Programa, precisa ser revisto. O espírito, porque a letra se presta a mais de uma interpretação. Acontece que três anos são decorridos desde que a idéia da FDLN foi lançada, como tese programática, e até hoje a FDLN não surgiu, mas surgiu uma outra frente, patriótica, democrática e progressista. Devemos apoiar e participar dessa frente? Ou devemos deixar que ela se desintegre e, sob seus escombros, fazer surgir a FDLN, na forma como a idealizamos no Programa? O Projeto de Resolução indica que devemos apoiar e participar desta frente. Nem seria necessário dizer que aconteceria ao movimento democrático, patriótico e revolucionário brasileiro se, por omissão, permitíssemos que essa frente se desintegrasse. No entanto, penso que, sem descartar o esquema da FDLN, como está no Programa, será dif-

ficil contribuirmos eficazmente para a ampliação e reforçamento da frente que ali está.

5. Penso que é necessário e urgente rever nosso conceito sobre os partidos políticos existentes no país. Parece que o velho conceito de «dança das letras» já não corresponde mais. Considero o artigo do camarada Ricardo Bauer, sobre os partidos políticos, uma contribuição para o início da revisão de nosso velho conceito.

6. Também precisa ser examinada nossa compreensão sobre a hegemonia do proletariado. Nossa compreensão, pelo menos a mais generalizada, é de que sem a hegemonia do proletariado a frente única não poderá desenvolver e realizar as tarefas da emancipação nacional. Na atual frente nacionalista não existe a hegemonia do proletariado, embora exista sua influência política. No entanto, creio que, nas atuais condições do Brasil e do mundo, é possível ao proletariado marchar em aliança com a burguesia e outras camadas sem submetê-las à sua hegemonia. Também não é necessariamente obrigatório que a burguesia submeta o proletariado. Poderá haver «uma zona de influências», até que, como diz o camarada P. de Paula Oliveira Campos «o desenvolvimento ulterior do processo histórico decida a questão da hegemonia». Em qualquer caso, como diz ain-

da o camarada Campos, «hegemonia não se decreta para, à sua base, se fabricar esquemas. Conquista-se no processo da luta de todas as forças progressistas, unidas em frente única».

Outra questão que surge é a da nossa posição em relação ao governo. Há entre nós uma compreensão, um tanto generalizada, de que «apoiar os atos positivos e combater os atos negativos do governo» é reboquismo. Acontece, porém, que nossa orientação política contida no Projeto de Resolução, está dentro dessa fórmula «apoiar o positivo e combater o negativo», embora se procure disfarçá-la com algumas palavras. Creio que este conceito justo não pode ser visto de maneira parada. Se, ao apoiar o governo, soubermos manter a iniciativa na apresentação dos problemas a serem por ele solucionados; se mantivermos nossa independência e inteira liberdade de crítica; se soubermos mobilizar energeticamente as forças interessadas na marcha do movimento para a frente, no caso a classe operária, os camponeses e a intelectualidade progressista, não haverá perigo de cairmos em reboquismo. Portanto, a questão não se resolve com um simples «pé atrás» em relação à orientação política apresentada no Projeto de Resolução, mas intervindo enérgica e decididamente nos acontecimentos, para não ficarmos à sua margem, nem navegar contra a corrente.

Penso que o apoio sem restrições à frente nacionalista é o caminho que nos conduzirá à conquista da completa emancipação nacional, das mais amplas liberdades democráticas e do progresso do país. Depois disso já serão melhores as premissas para pensarmos no caminho brasileiro para o socialismo.

E A U. J. C. ?

A. LOBATO

O XX Congresso do PCUS, ao examinar o caminho para o socialismo, concluiu que há diferentes vias para atingi-lo. Tal lugar, tal solução.

A fim de trilharmos o caminho brasileiro, torna-se indispensável que discutamos, para uma reavaliação, todas as frentes do Partido. Quero focalizar, especificamente, a União da Juventude Comunista.

Todos os que conhecem um mínimo do setor juvenil sabem perfeitamente que não cumpriamos nosso papel de dirigentes da juventude brasileira e nem nos aproximamos de tal. E isto acontece por falta de trabalho? Não. O fato é que de 1950 para cá trabalhou-se, e bastante, mas o rendimento desse trabalho não corresponde de modo algum ao esforço dispendido.

E por que o trabalho rendia pouco? São os métodos! São os métodos do Partido que aplicamos mecanicamente na UJC, dizemos sempre. Entretanto, não creio que isto seja o centro do problema.

O certo é que usamos os métodos mais variados e «avariados» possíveis, e a toda mudança de método não correspondia nenhuma, ou quase nenhuma, variação no rendimento do trabalho e continuava a dinâmica do recrutamento e da evasão, ora apresentando «deficit» ou «superavit», mas nunca equilibrando. Ora tínhamos um elevado número de militantes, ora se verificava tremenda redução.

É realmente espantoso o número de jovens recrutados que se declaram um tanto decepcionados e surpresos com o que é e com o que esperavam que fosse a UJC. Entra aí boa dose de burocratismo de nossa parte, porque apresentávamos ao recrutado uma organização fictícia e logo depois, ele comprovava a «trágica» realidade. Não podemos nem sequer dar crédito aos informes sobre o número de militantes, pois não

sabemos se são recrutados ou se têm situação regular.

Cabe aqui uma observação: que é situação regular na UJC? Não sei — não temos estatutos e nem programa.

Estas considerações põem frente ao seguinte dilema: a revolução brasileira exige e é mesmo condição necessária que a juventude estudantil e operário-camponesa participe de sua preparação e execução, mas a UJC não tem desempenhado seu papel e nem consegue chegar a um acordo quanto aos métodos de trabalho e quanto aos trabalhos.

Como satisfazer tal condição? Onde procurar o entrave?

A meu ver, parece que passamos demasiado tempo fazendo experiências sobre métodos de trabalho. Entendo que o erro já não são mais os métodos, mas o que está (CONCLUÍ NA 7ª PAG.)

Aos Participantes no Debate

Visando possibilitar uma participação mais ampla dos nossos leitores nos debates que se vêm travando, nos jornais populares, em torno dos temas decorrentes do XX Congresso do PCUS, a VOZ OPERÁRIA publicará, a partir do próximo número, acompanhando suas edições normais de doze páginas, um BOLETIM DE DEBATE, no qual serão inseridos os artigos enviados à nossa redação.

Desde logo desejamos insistir em três questões, a primeira das quais — referida na edição em que recebimos os debates — diz respeito à transcrição de artigos. A VOZ OPERÁRIA não transcreverá artigos publicados em outros jornais, a menos que se trate de caso excepcional, a critério da redação.

Pedimos aos nossos leitores que não deixem de levar em conta esse critério, a fim de evitar prejuízos aos que aguardam a publicação de seus trabalhos, evitar o desperdício de espaço e evitar, ainda, que sejamos obrigados a adiar a publicação de certos artigos até a comprovação de que não foram publicados em outros jornais. Aqueles que desejam publicar artigos na VOZ OPERÁRIA pedimos, pois, que enviem seus trabalhos exclusivamente à nossa redação, uma vez que não seria justo um só artigo ocupar espaço em dois ou mais órgãos da imprensa popular, enquanto dezenas de colaboradores esperam uma oportunidade.

Queremos ainda solicitar aos leitores que, ao escreverem seus artigos, procurem limitar-se a um máximo de 3 laudas (espaço dois) datilografados, ou ao espaço correspondente manuscrito, pois a publicação de artigos muito longos reduz consideravelmente o número de participantes no debate, em cada edição.

Aqueles que desejarem assinar artigos com pseudônimo devem comunicar, pessoalmente ou por carta, seu nome, não somente em atenção ao princípio de responsabilidade, como porque isso facilitará à redação o entendimento com os autores dos artigos nos casos em que isso se torne necessário.

Tão Sòmente Uma Resposta O Projeto de Resolução e o Artigo 35 dos Estatutos

QUINTINO DE CARVALHO

ENTRE os que leram meu artigo, publicado na VOZ OPERÁRIA de 3 de novembro, espero tenha sido o camarada Agostinho de Carvalho o único a atribuir-me "a conclusão de que os erros de Stálin são devidos a tendências de converter a ditadura do proletariado em ditadura do Partido". A simples comparação entre o que escrevi e o que afirma o camarada Agostinho de Carvalho, em artigo aparecido na VOZ OPERÁRIA de 17 do mesmo mês, mostraria ao leitor que não procedem as "confusões" e "incómprensões" nas quais, segundo aquele camarada, teria eu incorrido, levando-me à conclusão simplista — e, tal como está formulada, errônea — acima referida.

Parce-me que a discordância entre nós está principalmente em que, enquanto eu considero que as raízes do sistema do culto à personalidade estão ligadas a uma deformação da própria concepção do Partido e que "é necessário examinar até que ponto esta concepção foi transformada em um dogma, deformada, afastou-se da realidade..." ele julga que uma coisa nada tem a ver com a outra afirma que o "Partido é tudo". Estou convencido de que, apesar do papel destacado que possam desempenhar os líderes e as minorias organizadas, não são estas, e muito menos seus chefes, mas sim as grandes massas populares, que fazem a história. É evidente que uma concepção do Partido como artefice supremo da história é idealista, choca-se com a concepção marxista do verdadeiro papel das massas trabalhadoras, reduz a classe operária e as massas à condição de servidas, de instrumentos do Partido e de forma a este, levando-o aos erros mais graves. Creio que essa deformação se verificou — talvez Stálin tenha sido o principal responsável por isso — e a ela se liga uma interpretação dogmática, não criadora, das idéias e princípios de Lênin sobre o papel do Partido da classe operária, interpretação que levou a converter em dogmas imutáveis aquelas idéias e fórmulas que tinham em vista forjar um partido para atuar em condições históricas concretas, já ultrapassadas, e para cumprir tarefas radicalmente diferentes das que enfrentam, desde muitos anos — hoje particularmente — o PCUS e em geral os demais partidos comunistas.

Em minha opinião devemos examinar profundamente essa questão, para localizar as raízes do sistema de concepções, de formas e métodos de trabalho e de organização que constituem o que o camarada Gomulka chamou, com razão, o sistema do culto à personalidade. Não se trata de buscar "fórmulas extra-classes" nem de, como afirmou o camarada Agostinho de Carvalho, "confundir os erros de Stálin vendo nêles a essência do regime soviético, do socialismo e do Partido". Pelo contrário! O sistema do culto à personalidade contradiz a essência do regime socialista e o verdadeiro papel do Partido e das massas. Não por outro motivo coube ao CC do PCUS tomar a corajosa iniciativa de denunciar o culto à personalidade e os erros de Stálin como alheios ao espírito do marxismo-leninismo e adotar medidas para liquidar suas consequências. O fato de que muitos (entre os quais me coloco) julgaram que aquela denúncia e aquelas medidas não foram completas, porque não desceram às raízes mais profundas dos erros apontados, é outra ques-

tão. E, a esta altura das discussões que se travam no movimento comunista mundial e no país, não seria honesto — seria mistificação — acusar (aqui já não me refiro ao artigo do camarada Agostinho de Carvalho) aqueles que encaram o sistema do culto à personalidade como algo mais do que o culto a Stálin e do que métodos errôneos de trabalho ou de direção, acusá-los de pretenderem estabelecer uma relação entre estes erros e a essência do regime socialista e do Partido Comunista. Esta mistificação tem em vista, precisamente, impedir que a discussão vá além da superfície do problema.

Era minha intenção discutir mais longamente, nesta oportunidade, os problemas abordados em meu artigo anterior, contraditado pelo camarada Agostinho de Carvalho. Mas não disponho de espaço, agora, pois me encontro no dever de responder a certas afirmações de um artigo de Juvenal de Almeida Bastos ("Imprensa Popular" de 27.28 de novembro) no qual o articulista, citando e distorcendo uma frase, tomada isoladamente do meu artigo, deturpa grosseiramente meu pensamento e desce ao terreno da calúnia.

Diz Juvenal de Almeida Bastos: "Prosseguindo, desejava focalizar agora um outro grupo de opiniões, que me parecem impregnadas, ainda que hábilmente camufladas, de teses revisionistas do marxismo-leninismo e mesmo de liquidacionismo grosseiro. Nesse sentido são bastante ilustrativas e características as opiniões emitidas nos artigos de Maurício Pinto Ferreira e Quintino de Carvalho, entre outros". E comenta, a seguir, pontos de vista expressos pelo camarada Maurício Pinto Ferreira, concluindo: "As falsas considerações de M. P. Ferreira, pretendendo negar o papel positivo do Partido, no curso de sua existência, o estranho ceticismo que revela, a meu ver tem um objetivo de maior alcance. Não se trata apenas de uma especulação teórica. Trata-se, como se depreende das conclusões a que chega o articulista, e pelos paralelos que faz entre o nosso Partido e os partidos burgueses e nacionais-reformistas da Índia e do Egito, de insinuar a liquidação e a substituição do PCB por um partido de tipo não leninista, ou de rebaiá-lo em seu verdadeiro papel dirigente, posição esta em que se coloca também o articulista Quintino de Carvalho, quando afirma que o partido não é tudo, mas tão-sòmente uma parte da classe operária e do povo. Todavia, o Partido e sua missão histórica é algo mais do que isso" (Todos os grifos deste artigo são meus).

Vê-se, pois, que Juvenal Almeida Bastos não se limitou a tomar uma parte de uma afirmação minha para citá-la isoladamente, mas distorceu-lhe o sentido, acrescentando-lhe um "tão-sòmente" que eu não havia escrito e que deturpa completamente minha opinião. Estranho conceito de honestidade no debate, esse de Juvenal de Almeida Bastos! Eis o trecho do meu artigo do qual J. A. Bastos retirou um pedaço de frase: "O Partido não é tudo. É uma parte da classe operária e do povo, a vanguarda de classe do proletariado, que se guia pela ciência social mais avançada, o marxismo. O Partido é servido das massas, instrumento das massas, e lhe cabe um papel determinado, em determinadas con-

dições históricas". Onde está, aí, o "liquidacionismo grosseiro"? Onde estão as "teses revisionistas do marxismo-leninismo, hábilmente camufladas" de que fala o indignado articulista?

Mas J. A. Bastos vai mais longe. Depois de algumas considerações sobre certas teses de Lênin (que não estão em causa e às quais absolutamente não contesto) conclui: "Como fica evidenciado, sem a necessidade de aduzir maiores argumentos, a tese e os propósitos dos autores citados são a negação do papel dirigente e orientador do partido, para pôr assim em dúvida a necessidade de sua existência e preconizar em última análise sua extinção". (Os "autores" referidos pelo articulista somos eu e o camarada Maurício Ferreira. J. A. Bastos procura "ligar", artificialmente, e com um propósito que não esclarece, as opiniões expostas por mim e pelo camarada Maurício Ferreira, embora seja perfeitamente claro, para quem leu nossos artigos, que nossas opiniões não são as mesmas em relação aos problemas abordados por J. A. Bastos). Onde está, no meu artigo, o propósito de "negar o papel dirigente e orientador do Partido", de "pôr em dúvida a necessidade de sua existência e preconizar em última análise sua extinção"? Será, por acaso, naquele "tão-sòmente", intercalado em uma frase minha por J. A. Bastos? Mas aquele "tão-sòmente" não é meu, é de J. A. Bastos!

Tão inconsistentes são as acusações de "liquidacionismo" feitas pelo articulista ao meu artigo, que elas seriam indefensáveis mesmo em relação à frase tomada por ele isoladamente, se nela não fosse introduzida uma palavra que lhe deturpa o sentido. Com efeito, será liquidacionismo afirmar que o Partido não é tudo, é uma parte da classe operária, sua vanguarda?

Marx e Engels afirmam: "Na prática, os comunistas constituem, pois, a fração mais resolvida, mais avançada, de cada país, a fração que arrasta todas as outras; na teoria, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário". (Manifesto Comunista, pág. 36, Editorial Vitória, Rio, 1954). Os fundadores do marxismo afirmam, pois, no Manifesto do Partido Comunista, que o Partido não é tudo, é uma fração, que se distingue do resto do proletariado, do qual é uma parte. Quem diz a isso J. A. Bastos? Volte o leitor ao trecho acima reproduzido do meu artigo e verá que ele não contradiz — de nenhum modo — as teses dos fundadores do marxismo. Poderá negá-lo, agora, o articulista? Lênin, tão citado no artigo de J. A. Bastos, dizia: "Os comunistas são uma gota d'água no mar, uma gota d'água no mar do povo". E referiu-se, mais de uma vez, a "esta gota d'água no mar, que se chama Partido Comunista". (Obras Escolhidas, tomo IV, págs. 508-512, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1944). Lênin reconhecia, pois, que os comunistas é o Partido eram uma parte, que não eram todo o proletariado e o povo. Que diz a isso J. A. Bastos? Eis, ainda, como o PCUS define-se a si próprio, no artigo 1º de seus Estatutos: "O Partido Comunista da União Soviética é a união voluntária e (CONCLUI NA 7ª PAG.)

Depois de longa expectativa, surgiu a discussão. Rompe a cortina do silêncio, a fora da razão e ansiedade, materializada por uma carta acompanhada de um artigo em «Voz Operária».

Depois disso as bocas se abriram, (ainda não suficientemente), num desabafo emocionante e honesto. Em princípio, de todo natural, os debates caminhavam e de certo modo caminham, para um terreno sem princípios, isto é, não procurando-se, digamos, o elo coordenador a fim de se dar maior conteúdo político, teórico, ideológico e orgânico aos debates. Das intervenções emocionais, as críticas, um direito assegurado, ao PCUS e ao CC do PCB e a completa ausência da autocrítica. No entanto, todos nós, uns mais outros menos, como responsáveis pelos erros cometidos, sendo os mais graves, provenientes do culto a personalidade.

Seria permanecer em equívoco não levar em conta essa verdade. Daí a oportunidade e grandeza do Projeto de Resolução. De oportunidade por que sem ferir a liberdade de palavra, vem coordenar e "horar as discussões. Deleza porque fundamenta-se na sabedoria de todo o Partido como sendo o verdadeiro método de direção.

Com este documento, frio e corajoso, o C. C. chama os militantes comunistas, amigos, democratas e patriotas, como clarinata que precede à batalha, a intervirem para sua emancipação econômica e social.

Dado a isso acreditamos que para melhor ajudar torna-se necessária fixação, neste ou naquele ponto, particularmente nos mais sensíveis e onde existem elementos de domínio e disseca-los.

Seria demasiada pretensão, abordar, em uma intervenção, todos os aspectos de tão amplo e complexo problema. Estudando o «Projeto de Resolução», com facilidade observa-se os erros cometidos em nosso Partido devido ao culto à personalidade. Erros esses que nos levaram a substituir os métodos de direção. Em vez de resoluções coletivas com responsabilidades individuais, resoluções individuais com responsabilidades coletivas... Percebíamos e sentíamos os efeitos asfixiantes desse método de trabalho, mas não procuramos denunciá-lo e desmascará-lo. Ficamos em atitude de espectadores, tudo aceitando e permitindo que os erros se avolumassem, não cremos que por covardia política, mas cremos isto sim, que por fraqueza teórica e ideológica, e só agora, e graças ao 20º Congresso do P. C. U. S. . . , sentimo-nos revoltados com tal posição de passividade frente aos deslizes antidemocrático e anti-socialista.

ADAMASTOR FERNANDES

Isso foi uma verdade — a outra verdade é a continuação do movimento. Dependendo de nossa atitude agora, em denunciar os erros, suas causas e indicar o caminho que julgaremos certos para corrigi-los e mantermo-nos numa posição de permanente vigilância em defesa da legalidade socialista. Sem compreendermos isso, sem desvencilarmos definitivamente daquela negligência para com os estudos teóricos, para com a organização do Partido e seus métodos de trabalho, não tenhamos dúvidas cometeremos novos e novos erros.

Daí a importância de nossas intervenções serem feitas acompanhado do movimento e jamais pensarmos que tudo começara de novo: glória aos nossos mortos... O movimento revolucionário mundial é ininterrupto é o movimento da terra. Assim pensando e atendendo às solicitações do «Projeto de Resolução», procuraremos focalizar um dos problemas, como estamos sentindo, e emitirmos nossos conceitos.

O Projeto de Resolução fixa, com precisão e força, os defeitos e debilidades nos métodos de trabalho e de direção de todo o Partido. Isto não quer dizer, entretanto, que tudo esteja dito.

Talvez o ponto a ser abordado seja, apenas, um detalhe dos erros e debilidades já apontadas, mas, acreditamos ser um detalhe de importância, pois dele se irradiam uma infinidade de pequenos problemas que atrofiam o trabalho e o desenvolvimento do Partido, tornando-se em consequência, um grande problema.

Vejamos o artigo 35 dos Estatutos e sua ligação com as discussões do momento. Ele determina as funções e obrigações dos C. C. R. R. — são eles que aplicam as resoluções da Conferência Regional e que assegura o cumprimento das diretivas dos organismos superiores do Partido, que organizam as C. C. F. F., que dirigem a imprensa em suas jurisdição e que reúnem regularmente. Estas são normas estatutárias que devem ser seguidas por todos os C. C. R. R. Mas, quais as realidades existentes? São bem outras das determinadas pelos Estatutos e já reveladas no Projeto de Resolução. Não será demais repetir, as funções dos C. C. R. R. são absorvidas pelos secretariados, e em alguns C. C. R. R. são os primeiros secretários que com a batuta na mão regem a orquestra de acordo com sua partitura, isto é, impõem suas resoluções e determinam todos os movimentos dos C. C. R. R. Se por ventura forem criticados, desacatam os «atrevidos» e fazem prevalecer seus pontos de vistas. E vão além, chegam a romper todos os princípios marxistas-leninistas, quando procuram despersonalizar camaradas que se contrapõem às suas determinações e com os aliados que não tocam seus absurdos.

A este método de direção estão submetidos todos ou quase todos os membros dos C. C. R. R. e de suas C.C.F.F. Estes, segundo as diretrizes, justas, da nova política de finanças do C. C., deveriam ser formados como quadros organizadores e dirigentes. No

entanto, são desligados da própria vida, partidária e social, pelos secretários dos C. C. R. R. e transformados em viajantes especialistas em levantar finanças pela cúpula, foco do elemento burocrático em gestação dentro dos C. C. R. R., e por outro lado revela o oportunismo de direita das direções frente ao problema das finanças orgânicas. Ainda são palpáveis as incompreensões e subestimações para com o trabalho miúdo e de organização das finanças orgânicas nos C. C. R. R., levando-se em conta que o nosso Partido possui um verdadeiro oceano de amigos e simpatizantes.

As novas diretrizes na política de finanças não estão suficientemente voltadas para as O. O. B. B. Ainda mais, os métodos errôneos de direção, a não realização das reuniões estatutárias; o não conhecimento de uma real previsão orçamentária, a não prestação de contas por parte dos secretariados de suas atividades e do montante das despesas dos C. C. R. R., estão determinando descontentamentos crescentes em todos os organismos. Esses métodos arbitrários e ilegais, ligados às insuficiências financeiras dos C. C. R. R., ocasionam, por outro lado, desinteligências, atritos, deslizes e prejuízos de toda ordem, tanto políticos como orgânicos.

Esses fatos de transcendental importância obrigam-nos a reconhecê-los como sendo fruto do culto à personalidade, e, que, de certa forma, degeneram em compadrismo. Daí observarmos a estrutura como algo anormal e distorção, ou seja, um corpo demasiadamente grande e pesado, apoiado em bases insuficientes e frágeis que impedem um desenvolvimento normal, seguro e eficiente. Isso, se não nos enganamos, já foi dito anteriormente e com outras palavras, mas, infelizmente, não houve medidas corretivas, porque enterrados no subjetivismo não viamos a realidade objetiva.

Hoje, com os ensinamentos do XX Congresso e com a assimilação de nossas experiências, temos que corrigir, a ferro e fogo, os erros e debilidades. Como arquitetos de uma nova sociedade, temos que utilizar, sempre e quando necessário, a ciência da matemática e procedermos o equilíbrio entre o necessário e o suficiente, entre a realidade objetiva e a capacidade subjetiva.

A efetivação desse equilíbrio é uma necessidade inadiável, é a razão de ser — caso contrário, cometeremos o gravíssimo erro de criar um corpo que por excesso de potência se imobilizará...

Estas observações julgamos que, além de verdadeiras, estão já maduras. Da sua correção advirá uma maior estabilidade, mobilidade e flexibilidade de todos os organismos, uma maior atividade sindical e trabalho de massas. Por outro lado, teremos um «Ativo» suficiente para movimentar a máquina com maior precisão. Inclusive alocar a «Agit-Prop» que praticamente inexistente.

Esperamos que os debates, internos e externos, levem o V Congresso a expressar, o fato, a sabedoria de todo o Partido.

Os Comunistas e o Movimento Sindical na Bahia

Incontestavelmente, nestes dois últimos anos o trabalho dos comunistas na frente sindical, na Bahia, melhorou consideravelmente. Mas devemos fazer um retrospecto de nossa atividade naquele setor, para constatar os erros que cometemos e o atrazo que sofremos em consequência daqueles erros de natureza sectária.

Ninguém pode contestar que nós sempre nos proclamamos os campeões da unidade da classe operária e do movimento sindical, mas, na prática, com nossa anterior política, realizávamos um trabalho contra a unidade. Burocraticamente «estudávamos» e «discutíamos» os problemas do trabalho sindical, travávamos uma orientação e era imposta essa orientação aos militantes de base (os únicos que podiam conhecer bem as condições do setor onde atuavam) que encontravam as maiores dificuldades para levar à prática as diretivas vindas «de cima». Naturalmente, na maioria das vezes o resultado era negativo.

Sem fazermos um estudo cuidadoso, sem ouvir as opiniões dos camaradas e das massas, chegávamos a conclusões exdrúximas como a que levava muitos dirigentes a taxarem os militantes que atuavam nos sindicatos de «reformistas», «pódrés», etc. Evidentemente, os diretores de sindicatos ou os que os apoiavam eram alvo de qualificativos piores: «pelegos», «traidores», etc... Hoje, novos métodos no trabalho sindical incumbem-se de mostrar quanta coisa errada fizemos, quanto prejudicamos o movimento sindical com uma política errada.

É verdade que alguma coisa de positivo fizemos, na Bahia, mas o que houve de negativo encarrega-se de anular em grande parte o positivo e nos obriga a realizar um intenso trabalho de recuperação do tempo perdido, desenvolvendo, uma política mais ampla junto às massas sem partido ou de concepções político-partidárias diferentes, assim como em suas organizações. Sem dúvida os debates que, atualmente, vimos travando, muito nos ajudaram a corrigir também estes erros.

Em minha opinião, o trabalho dos comunistas baianos na frente sindical necessita muito de uma reviravolta, que possibilite realizarmos um trabalho organizado não só junto aos trabalhadores nas empresas, como dentro dos sindicatos. A meu ver, já é tempo de voltarmos, realmente (e não só em palavras) nossas vistas para as bases nas empresas. São elas que aplicam nossa orientação junto às massas e nas assembleias sindicais. É verdade que tem imensa importância possuímos boas relações entre os dirigentes sindicais. Através deles muito trabalho pode ser feito — mas não todo o trabalho, nem o principal. É necessário, em primeiro lugar, que a massa saiba o que quer e para onde vai. Sem isso os sindicatos não poderão ser fortalecidos, para o desempenho de suas funções. Mas nosso trabalho sindical na Bahia, na prática não leva isso em conta. Basta ver que o avanço da unidade e da atividade unitária de cúpula não resultou em um fortalecimento correspondente do conjunto dos sindicatos. O aumento da sindicalização, a ampliação dos quadros de associados sindicais é muito pequeno e não corresponde, de modo algum, ao trabalho e à atividade das direções sindicais. Penso, aliás, que este é um fenômeno nacional.

Segundo observo, pois, o trabalho dos comunistas baianos junto às organizações da classe operária volta-se muito para a cúpula, embora também esse trabalho seja débil, o que tem levado a certo desdenho do movimento sindical. Comunistas e não comunistas que se acham à frente dos destinos de vários sindicatos mantêm ótimas relações e, desde há mais de dois anos, realizam trabalho de frente

FLORISVALDO VIANA

única, do qual se poderiam citar vários e bons exemplos. Entretanto, não temos aproveitado isso para desenvolver um trabalho dentro dos sindicatos das maiores corporações, criando as comissões de empresa — raízes vivas dos sindicatos no seio dos trabalhadores — fortalecendo a organização dos sindicalizados, organizando os não sindicalizados e elevando sua atividade.

Um início de trabalho desse tipo vem sendo realizado entre os têxteis, onde já há numerosos delegados de fábrica. Atualmente eles desenvolvem grande atividade mas, sem a necessária ajuda, são assoberbados pelos diversos problemas e transferem estes para a diretoria do Sindicato. É fora de dúvida que se houvesse uma comissão em cada empresa têxtil as comissões resolveriam os problemas no próprio local, com a colaboração de muitos trabalhadores, e seria cada vez mais fortalecida. Na mesma situação encontram-se muitos delegados em empresas ou setores da construção civil, em Salvador. Os transviários já tiveram delegados nos setores e seu trabalho foi em boa parte positivo. Faltou-lhes porém, a ajuda indispensável.

A própria experiência já mostra que é inadiável voltarmos nossas atenções para o fortalecimento da estrutura orgânica dos sindicatos entre os trabalhadores nas empresas. Isso exige também que os comunistas atuem, com paciência e fraternidade, junto aos trabalhadores menos esclarecidos que, apesar de seu atrazo e falta de conhecimento dos objetivos do sindicato, querem lutar e reconhecem o Partido como o comandante dos operários.

É necessário influirmos nas eleições para a renovação das diretorias sindicais. Se assim não fizermos, estaremos facilitando o trabalho dos agentes patronais para ganhar o controle dos sindicatos e liquidá-los ou enfraquecê-los. Mas isso não é tudo. Se fosse, o movimento sindical na Bahia estaria em nível muito mais elevado, pois ainda não houve tempo em que as diretorias dos sindicatos fossem tão democráticas, estivessem em mãos de tantos dirigentes honestos e dispostos a servir à classe operária. Quando se assiste a uma assembleia de sindicato, percebe-se claramente a distância que há entre o nível de compreensão de alguns diretores e o nível da massa. É natural que haja distância, mas não tanta. Certos problemas de fácil solução não são resolvidos senão com dificuldade, em consequência da incompreensão de fenômenos simples como as relações entre operários e patrões. Se os comunistas que atuam no movimento sindical concentram sua atividade junto às massas e ajudam, eficientemente, os ativistas sindicais, é claro que o conteúdo das assembleias e sua combatividade fortalecerá os sindicatos e sua luta. Tivemos um exemplo disso durante a luta dos têxteis de Salvador, há alguns meses, pelo pagamento do salário-mínimo: o presidente do Sindicato vacilou diante da polícia e, apesar de sua influência, a assembleia sindical não aceitou sua posição e o obrigou a mudar de atitude. Quem faz uma boa diretoria de Sindicato não é a influência política ou a cabala, mas principalmente uma sólida unidade de pensamento entre os trabalhadores e, em particular, entre os sindicalizados. Isso não cai do céu por milagre nem se consegue com rezas, mas através de um trabalho desenvolvido pelos comunistas e demais operários evoluídos — e que não significa que devamos desprezar o trabalho de seleção para a composição das direções sindicais.

SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES...

(CONCLUSÃO DA 9ª PAG.) possibilidade e só se poderão verificar para cargos ou funções, isolados ou de carreira, correspondentes aos que os servidores ferroviários ocupavam, quer quanto à remuneração, quer quanto à amplitude das carreiras.

§ 6.º — Ficam extintos todos os cargos em comissão e funções gratificadas dos quadros e tabelas das estradas de ferro federais incorporadas, na data da constituição da R.F.F.S.A., assegurando-se aos seus ocupantes o direito à aposentadoria na forma do art. 180, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 16 — Ao pessoal das estradas de ferro da União em regime especial, serão assegurados todos os direitos, prerrogativas e vantagens que lhes são garantidos pela legislação e pelas condições vigentes na data da publicação desta lei, passando a integrar igual-

mente, quadros e tabelas suplementares extintos do Ministério da Viação e Obras Públicas, se não optarem pela transferência para os quadros do pessoal da R.F.F.S.A. ou de suas subsidiárias.

Parágrafo único — Ao pessoal das estradas de ferro da União, em regime especial, serão aplicados os dispositivos constantes do art. 15 e seus parágrafos.

Art. 17 — Caso venham a ser rescindidos ou encampados os contratos de arrendamento que a União mantém com os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para exploração das rédes de sua propriedade, neles localizadas, constituindo-se ou não subsidiárias da R.F.F.S.A. que as incorporem ou administrem, serão garantidos aos ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e da Estrada de Ferro Santa Catarina, autárquicos ou não, todos os di-

reitos, prerrogativas e vantagens que lhes forem assegurados pela legislação estadual em vigor na data da rescisão ou encampação do contrato, passando os que forem estáveis a integrar, igualmente, quadros e tabelas suplementares extintos do Ministério da Viação e Obras Públicas, se não optarem pela transferência para os quadros da R.F.F.S.A. ou de suas subsidiárias organizadas naqueles Estados.

Parágrafo único — Aos ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e da Estrada de Ferro Santa Catarina, de que trata este artigo, serão aplicados os dispositivos do art. 15 e seus parágrafos, não podendo ser removidos para as rédes ferroviárias ou para o serviço público em outros Estados da União, senão mediante prévia e expressa concordância dos interessados.

Art. 18 — Mediante requisição do Presidente da R.F.F.

(CONCLUSÃO DA 5ª PAG.)

errado e caduco é a estrutura da UJC. É o seu aparelho pesadíssimo, que não é de partido e nem de organização de massa. Ora é um, ora queremos que seja a outra, enfim uma confusão tremenda.

Se determinado método dá certo enquanto agimos como partido, não dará certo quando pensarmos que somos organização de massa (e isto acontece com muita frequência: guinadas súbitas de esquerda ou direita).

Não há método algum que dê certo em uma organização que não sabe o que ela é.

OS OBJETIVOS DA ALEES

... d) fazeres representadas nas organizações governamentais; e) pleitear, junto aos poderes públicos, providências que venham beneficiar as atividades rurais; f) criar cooperativas de produção, de consumo e de créditos para seus associados; g) agir como intermediários junto às repartições públicas ou entidades particulares, para a defesa dos interesses de qualquer associado que venha a solicitar.

É provável que estudando o projeto governamental, os representantes dos lavradores assinalarem aspectos que devam ser modificados, visando melhorá-los. É fora de dúvida, porém, que a iniciativa do governo do Espírito Santo, uma vez levada à prática, beneficiará milhares de agricultores e pecuaristas e mais os beneficiará na medida em que for seguida de outras providências visando assegurar aos camponeses o acesso à terra.

TÃO SÔMENTE UMA RESPOSTA

(CONCLUSÃO DA 6ª PAG.)

combativa dos comunistas, unidos por um mesmo ideal, integrada por membros da classe operária, camponeses e intelectuais trabalhadores. Que diz a isso J. A. Bastos? Teng Hsiao-Ping, em seu informe ao VIII Congresso do PC Chinês, sobre os Estatutos do Partido, afirma que "O Partido Comunista é uma associação voluntária de elementos de vanguarda do povo trabalhador" — isto é, uma parte das massas trabalhadoras, a parte constituída por seus elementos de vanguarda. Que diz a isso J. A. Bastos? É desnecessário ir adiante. Mas ainda cabe perguntar: qual a posição de J. A. Bastos diante de tudo isso?

E A U. J. C. ?

Queremos mudar de características como os canaleões mudam de cores, mas na verdade só é constante a característica de... não sermos caracterizados.

Como vimos, o entrave é a organização da UJC (seria melhor dizer a desorganização).

Como primeira medida para sanar tal erro, entendo que o melhor seria a dissolução da União da Juventude Comunista, que aliás se impõe.

Quem organizará as as massas juvenis para a revolução? Serão abandonadas? Que faremos com os membros da UJC?

A organização das massas juvenis caberá diretamente ao Partido, através de uma seção juvenil (como a frente feminina, sindical e outras). Os militantes da UJC que estiverem em condições, deverão passar para o Partido, e para os que não puderem fazer tal (devido a pouca idade ou outros motivos quaisquer) os Estatutos do Partido deverão prever uma categoria de candidatos ou aspirantes a membros, na qual eles seriam incluídos e poderiam continuar a prestar sua colaboração.

Como o Partido organizaria a juventude brasileira? A seção juvenil do Partido organizaria a juventude nas organizações de massas já existentes. Os jovens operários e camponeses nos sindicatos e associações de classe e os estudantes em suas entidades correspondentes. E com isto, simplificamos bastante nosso problema: organizar as massas juvenis nas organizações de massas já existentes. Por que deve o Partido orientar a UJC e es-

ta, por sua vez, as organizações de massas? Por que tornar a UJC uma organização de massas para organizar a juventude se já existem outras organizações de massas próprias da juventude (própria de fato e de direito). É também por que fazer a UJC uma organização partidária, se já existe o PCB?

Como vemos, estamos querendo brando a cabeça com um problema que nós mesmos fabricamos, caso contrário ele não existiria. Em resumo: a orientação que o Partido quer dar chega aos jovens depois de um caminho cheio de curvas e por tabela, quando pode ter um caminho direto e muito mais rápido. Conclusão — está exatamente na hora de aprofundarmos a discussão sobre a UJC a fim de fornecermos bastante material para estudo.

Será um ato verdadeiramente danoso se não se realizar um Congresso ou uma Conferência Nacional da UJC. Este Congresso (ou Conferência) deveria realizar-se antes do V Congresso do PCB e com isso a UJC poderia dar uma grande contribuição ao fortalecimento de nosso Partido. Este Congresso (ou Conferência) não deverá apresentar conclusões, e sim uma síntese das opiniões para que todo o Partido as discuta e que seja levado ao V Congresso também um resumo dessas discussões, onde seriam tiradas as conclusões finais.

Deste modo, nossas possibilidades de acertar seriam bastante animadoras.

(Estado do Rio, 12 de novembro de 1956).

Cabe-lhe dizer claramente não só o que pensa do meu artigo (já o disse) mas também o que pensa daquelas afirmações de Marx, Engels e Lênin, assim como das definições do CC do PCUS e do CC do PC Chinês. Não creio que J. A. Bastos tenha dois critérios, um para julgar a Marx, Engels e Lênin, outro

para julgar o que diz um simples jornalista. Poderia continuar discutindo estas questões. Mas, para usar a expressão de J. A. Bastos, este artigo é tão somente uma resposta ao seu artigo e visa, tão somente, desfazer as acusações caluniosas que fez com tanta leviandade.

LIVROS MARXISTAS

	Cr\$
G. Plekhanov. QUESTÕES FUNDAMENTAIS ...	50,00
G. Plekhanov A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA	35,00
G. Poltzer CURSO DE FILOSOFIA	80,00
MATERIALISMO DIALETICO	80,00
K. Marx 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE ..	80,00
K. Marx - AS LUTAS DE CLASSE NA FRANÇA ..	40,00
V. I. Lênin - OBRAS ESCOLHIDAS 1ª, 2ª e 3ª Vols.	115,00
V. I. Lênin - O SOCIALISMO E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER	20,00
V. I. Lênin - PROGRAMA AGRÁRIO	35,00
M. Rosenthal - DA TEORIA MARXISTA DO CONSUMO	30,00

Estes livros tem um desconto de 10% como abono de Natal

LIVRARIA INDEPENDÊNCIA

Rua do Carmo, 38 - Sobrelaje

Tel.: 52-3483

VOZ DOS LEITORES

"VOZ OPERÁRIA PRECISA MUDAR MUITO"

Do sr. F. Cairo, de Salvador (Bahia), recebemos:

"VOZ OPERÁRIA precisa mudar muito, sintonizando-se com o espírito de renovação que domina o movimento operário mundial. Precisa deixar de ser um simples jornal de agitação e aprofundar suas reportagens, realizando um trabalho de estudo e divulgação das reais condições do Brasil. A VOZ deve criar uma sessão permanente de economia, que explique para os leitores (sem cair na superficialidade e no chavão) o complicado sistema financeiro do país, que mostra como o imperialismo nos explora e porque necessitamos de uma reforma agrária.

Gostaria de obter resposta para as seguintes perguntas: por que o latifúndio se opõe à mecanização da lavoura? Que é importação "sem cobertura cambial", conforme a Instrução 113 da SUMOC (pelo artigo do n.º 390, da VOZ, sobre esta instrução, não é suficientemente elucidativo)? Que é câmbio livre, câmbio oficial, bonificação, ágio (e expliquem em que consiste isso e o porquê de tudo isso).

Os argumentos da VOZ contra a imediata revogação do confisco cambial são sólidos. Sólidos também são os argumentos do governo da Bahia a favor da abolição do confisco. Por que a VOZ não estuda a situação específica de nosso Estado e emite, depois, uma opinião? Precisamos desmascarar a lenda do "capitalismo popular" americano com argumentos profundos, melhores do que aqueles que li em "Tiempos Nuevos". Escolham temas como esses — "Que é a inflação?", "Como o imperialismo prejudica a Bahia", "Os prejuízos decorrentes do latifúndio", e outros. Façam as reportagens com cuidado, sem cair em contradições com dados citados anteriormente. Até hoje não sei se era em 1910 ou 1920 que se comprava um automóvel americano por 10 (ou 20) sacas de café. A VOZ é culpada disso, pois se contradiz em sucessivos números."

Grande Lição de Unidade Dos Operários da «Jaffet»

Do Correspondente sindical da VOZ

Do correspondente da VOZ na fábrica Ipiranga Jaffet (M. P.) recebemos:

"Ultimamente vem se intensificando a exploração dos trabalhadores têxteis em São Paulo, principalmente dos tecelões. Em numerosas empresas, o método aplicado pelos patrões é o aumento de máquinas para cada tecelão, visando aumentar a produção com menor número de operários e com menores despesas e obter assim maiores lucros.

NA IPIRANGA JAFFET

Na "Fiação Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jaffet", desta capital, há muito tempo vinham os tecelões trabalhando 10 horas diárias, tocando dois teares de mais de 50 anos de uso e em péssimas condições.

Há alguns meses, foi contratado pela Jaffet um técnico chamado Guillo, que chegou com o propósito de tocar a empresa com 1/3 dos operários existentes, dispensando os restantes. A primeira medida do "economista" foi abolir as horas extras, o que causou a baixa do salário dos operários.

Na tecelagem setor 1, de uma hora para outra os patrões resolveram forçar as tecelãs a tocar 3 teares. Mas não concordaram com a medida, pois além de não existirem condições para isso, ainda ficavam sujeitas a serem demitidas, já que ia diminuir o número de operários. Os patrões insistiram, o que causou a paralisação da seção. Imediatamente foram suspensos dois dos mais destacados operários e posteriormente foram os trabalhadores obrigados por coação policial a abandonar a fábrica.

GREVE E SOLIDARIEDADE

A greve durou 12 dias, durante os quais realizaram-se assembleias no sindicato com a participação de centenas de trabalhadores. Foi pedido o apoio e a intervenção da Assembléia Legislativa, da Delegacia Regional do Trabalho e do governador Jânio Quadros, que procuraram encaminhar um acordo.

Diariamente pela madrugada piquetes de operários e operárias, atuavam nas portas da fábrica, procurando transmitir aos colegas as resoluções das assembleias.

Na fiação nova setor 2 em seguida eclodiu um movimento de solidariedade às tecelãs, sendo arbitrariamente dispensados 15 operários. Na seção dos automáticos as operárias, ameaçadas de tocar 18 teares ao invés de 12, aderiram à greve das tecelãs, sendo paralisadas as 3 turmas. Ficou totalmente desorganizada a produção da Jaffet: centenas de operários foram obrigados a receber 7 dias de férias, seções foram paralisadas por excesso de produção ou por falta de material. A intransigência patronal lhes saiu cara.

LIÇÃO DE UNIDADE

Durante a greve cresceu o movimento de solidariedade. No sindicato realizavam-se reuniões e bailes e trabalhadores de numerosas fábricas da Capital coletavam dinheiro para as famílias dos grevistas.

A firmeza dos trabalhadores e sua unidade, a solidariedade dos demais setores, a posição justa da diretoria do sindicato e do seu advogado conduziram ao estabelecimento de um acordo. Segundo este, os tecelões tocariam 2 teares durante 48 horas semanais, e os que quisessem tocariam 3 teares. Cheios de entusiasmos os operários decidiram regressar ao trabalho.

No dia que voltaram ao trabalho os patrões tentaram aplicar um golpe, impondo novamente 3 teares. Mas os operários se declararam em greve, forçando a direção da empresa a cumprir o acordo.

Esta vitória aumentou a unidade e a confiança dos operários e operárias. As tecelãs que ainda não pertenciam ao sindicato estão se associando em grande número. Os trabalhadores muito aprenderam e também deram uma lição de unidade.



EXPLORAÇÃO NO MATADOURO DE CAMPO GRANDE

Do correspondente da VOZ em Campo Grande (M. G.), recebemos: "No Matadouro Industrial Campo Grande S.A.", desta cidade, são rudemente explorados dezenas de operários. Quando entrou em vigor o novo salário mínimo, os donos do estabelecimento, a fim de neutralizá-lo, instituíram o desconto de aluguel das "casas" na base de Cr.\$ 150,00 por pessoa. Como ali trabalham muitos operários solteiros, os mesmos não alojados em cubículos de 3 x 3, onde dormem 4 ou 5 pessoas — alguns sem poderem sequer arrumar uma rede e obrigados a dormir no chão.

EXPLORAÇÃO EM NÚMEROS

Pelo envelope de pagamento que segue anexo, pode-se ver como o operário é explorado. Nela constam 25,5 dias de trabalho e mais 3 dias de repouso remunerado, totalizando Cr.\$ 2.194,50 de salário; em seguida vêm os descontos: Cr.\$ 142,00 de carne, Cr.\$ 161,00 de IAPI, Cr.\$ 660,00 de pensão, Cr.\$ 200,00 de abono, Cr.\$ 150,00 de "moradia" e Cr.\$ 5,00 de futebol, depois do que sobra ao trabalhador a mísera quantia de Cr.\$ 878,50. . .

O matadouro fica situado longe da cidade, assim como a escola. No entanto, os alunos, filhos dos operários, são obrigados a ir às aulas uniformizados, embora os baixos salários da empresa não permitam que sobre nada para os uniformes.

ALOJAMENTO: ANTIGO ESTÁBULO

Há outros fatos aqui que precisam ser contados, por exemplo, não há um posto de

saúde de emergência. O trabalho é cheio de perigo e já houve o caso de um operário que se acidentou e ficou horas sem curativo.

Na pensão, é servida uma comida péssima. Não há nenhuma higiene, os alimentos são feitos com gordura de gado, já bastante fétida, o que a torna ainda mais intragável.

Os operários que têm família pagam Cr.\$ 500,00 de aluguel por um barraco de tábuas, já muito danificadas. Outra "moradia" é um velho galpão aberto, que antes era ocupado para ordenhar, com chão de terra solta onde abundam insetos e parasitas. Os operários que arrumam ali sua rede pagam Cr.\$ 150,00, por mês."

MORTO O DIRIGENTE DA ULTAB

Do correspondente da VOZ em Bragança (Pará), recebemos:

"Infausto acontecimento ocorreu nesta cidade, no local denominado Parada da Vitória da E. F. Bragança, no qual perdeu a vida o secretário-geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, sr. José Maria Otero.

No dia 30 de novembro o dirigente da ULTAB encontrou-se em um roçado de sua propriedade com seu vizinho, com o qual não mantinha boas relações em virtude de disputas a respeito de terras. Nesse momento, o citado vizinho ajeitou-o com um tiro de espingarda, entre as clavículas, e ele tombou morto no solo.

O extinto deixou esposa e oito filhos menores.

POSTA RESTANTE

ASSIS (S. P.) — Carta do sr. Darci de Mattos, com considerações sobre reportagens publicadas na VOZ OPERÁRIA a respeito da Rêde Ferroviária Federal S. A.

SÃO PAULO (S. P.) — Carta do sr. Luiz F. de Souza sobre o Colégio Estadual de Uberlândia (M. G.), que deixamos de publicar por estar fora do gênero de nossas matérias.

JUIZ DE FORA (M. G.) — Artigo do sr. Alcio Roriz sobre a agressão anglo-franco-italiense ao Egito, que não incluímos em nossas páginas por estar ultrapassado pela evolução dos acontecimentos.

RIBEIRÃO PRETO (S. P.) — Carta do sr. Nazareno Clavatta, de 28 de novembro p. passado, com considerações sobre doenças mentais, que, por não se enquadrar às características de nosso jornal, deixamos de publicar.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte:	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2,00
Góias e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSAS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n.º 54 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983
 PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43.
 RECIFE — Rua Floriano Peixoto n.º 85 — 3º and — s/ 326
 FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03
 SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias s/ 203 (Calçada)
 JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and — Salas 3 e 4.
 Enderço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:
VOZ PÉRIA

COMISSÃO POPULAR ORGANIZA FEIRA LIVRE EM VITÓRIA

VITÓRIA, ES (Do correspondente) — Várias comissões de combate à carestia da vida têm sido estruturadas nesta Capital e em municípios vizinhos, com o objetivo de organizar os consumidores para deter a elevação dos preços. Estas comissões tomaram em suas mãos a luta contra a carestia partindo de objetivos realizáveis. Assim, baseadas nas leis municipais que autorizam as prefeituras a criar feiras livres e na lei estadual que isenta de impostos nas barreiras os produtos destinados às feiras, resolveram encetar uma campanha por feiras livres. Dirigindo-se aos prefeitos e ao governador do Estado, reclamando a aplicação das leis, conseguiram o apoio dos prefeitos dos municípios de Vitória, Vila Velha e Vitória.

A PRIMEIRA FEIRA

O prefeito de Vitória colocou à disposição da comissão dois funcionários para auxiliar na organização das feiras. O governador do Estado autorizou os fiscais a darem livre passagem aos produtos destinados às feiras, nas barreiras.

A comissão dirigiu a instalação da primeira feira no bairro de Gurigica, tendo solicitado o apoio da população e da prefeitura,

preparado o local e orientado a propaganda e, juntamente com funcionários da prefeitura, esteve em diversos setores do campo. Ali, discutiram com os lavradores o problema do abastecimento das feiras e solicitaram sua colaboração nesse sentido. O fato obteve grande repercussão entre os lavradores e, na véspera da instalação da primeira feira, eles já estavam encostando suas mercadorias no háirro.

NA CONFERÊNCIA DOS LAVRADORES

Um fato interessante é que o contato da comissão com os lavradores possibilitou a escolha de suas delegações à Conferência dos Lavradores, recentemente realizada. Aliás, a comissão de lavradores do município de Cariacica está pleiteando junto ao prefeito e ao governador estadual para que mandem arar as terras dos camponeses sem recursos e forneçam outros recursos, para que possam aumentar a produção dos municípios.

A experiência dessa primeira feira livre organizada pelo povo está alcançando boa repercussão em vários municípios, e, certamente, frutificará.

SALÁRIO DE CRS 20,00 POR DIA!

DE UM FUNCIONÁRIO PÚBLICO de Manaus (Amazonas), recebemos:

"Viajando há algum tempo pelo interior do Estado, a serviço, conversei com um pobre operário na cidade de Borba, e pude ver como ainda imperam em nosso país salários baixíssimos e péssimas condições de trabalho. O operário trabalhava numa usina de essência de pau-rosa, há mais de vinte anos, com carteira do Ministério do Trabalho, e ganhava apenas Cr\$ 20,00 por dia! Nunca teve descanso — nem aos domingos, nem aos feriados, e jamais gozou férias.

FALECIMENTO

Faleceu em João Pessoa (Paraíba), em novembro, o sr. Francisco Batista, vítima do aos 43 anos de idade por pertinaz moléstia.

O extinto, operário (sapateiro) e militante do Partido Comunista do Brasil, era pessoa muito benquista naquela cidade.

O artigo 80 da nova Constituição do Amazonas dá direito aos funcionários do Estado ao salário família, nas bases estabelecidas na legislação federal. Contudo, até a data de hoje, só recebemos Cr\$ 50,00 por dependente e as esposas dos funcionários não recebem nem um centavo. Como se vê, existe muita coisa para ser corrigida em nossa terra."

Greve Vitoriosa Dos Empregados Em Empresas de Combustíveis

Com um acordo firmado às 3 horas da madrugada do último domingo, no Ministério do Trabalho, foi encerrada a greve dos trabalhadores em empresas de combustíveis do Distrito Federal. A greve tivera início à zero hora do dia 8 do corrente, devido à recusa das companhias petrolíferas em cumprir a lei que determina o pagamento de 30 por cento de adicional aos trabalhadores que operam em áreas consideradas perigosas.

UMA VELHA REIVINDICAÇÃO

É uma antiga reivindicação dos trabalhadores em empresas de combustíveis minerais o recebimento de um adicional para os que lidam diretamente com os perigosos inflamáveis. Essa reivindicação foi levada à Câmara dos Deputados e ali (por 182x22) transformada em lei. Sancionada pelo presidente da Re-

pública, entrou em vigor no dia 4 de outubro de 1955.

Imediatamente o ministro do Trabalho (então o senhor Alencastro Guimarães) nomeou uma comissão para «regulamentar» a lei, tendo antes recusado um pedido do Sindicato dos trabalhadores de participar da dita comissão. Assim, os empregadores

e o Ministério do Trabalho, a pretexto de regulamentar, anularam todos os direitos consignados na lei. Entretanto, ocorreram então os movimentos de 11 e 21 de novembro e a «regulamentação» não foi decretada.

A OUTRA REGULAMENTAÇÃO

Os trabalhadores iniciaram, em seguida, uma campanha e conseguiram arquivar a regulamentação de Alencastro & Esso. Finalmente, o presidente Kubitschek assinou o decreto 40.119, em 15 de outubro de 1955, que veio em boa parte ao encontro das aspirações dos trabalhadores. Faltava apenas a execução do decreto, para a vitória definitiva.

Um mês depois da publicação do decreto, os empregadores avisaram que iam pagar o adicional pelos minutos que o trabalhador ficasse junto aos combustíveis, somente, e que não pagariam os atrasados (de 17 de agosto de 1955 até agora). Imediatamente os trabalhadores realizaram grande assembleia no Sindicato, decidindo exigir o pagamento do adicional calculado sobre o salário do dia e reclamar o pagamento dos atrasados. Foi dado um prazo aos empregadores até à zero hora do dia 8, depois do qual, se as empresas não cedessem, teria início a greve.

VITORIOSA A GREVE

A greve foi total no Distrito Federal. O «basteceim-

to de combustível cessou completamente, exceção feita aos hospitais e às forças armadas. No segundo dia da greve numerosos aviões estavam paralisados nos aeroportos e esgotaram-se as reservas de gasolina dos postos revendedores. Se a greve durasse mais um dia, a cidade ficaria parada pelo colapso dos transportes rodoviários e aéreos.

No sindicato dos trabalhadores desenvolveu-se intensa atividade para assegurar a vitória ao movimento. Foram rapidamente organizados dez piquetes de grevistas, que percorreram os estabelecimentos da cidade e levaram nos seus coletores a palavra final da assembleia. Pela unidade de que davam prova os

trabalhadores, já se prever a vitória da paró-

ACORDO FIRMADO NA MADRUGADA

Por convocação do Ministério do Trabalho, realizaram-se várias reuniões entre empregadores e empregados, antes e durante a greve. Para evitar a paralisação da cidade, as partes chegaram a um acordo na madrugada de domingo. O acordo estabelece que empregados e empregadores aceitam a delimitação das áreas consideradas perigosas pela Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, que as companhias pagarão o adicional de 30 por cento (inclusive os atrasados) e que o pagamento será calculado na base do dia trabalhado.

Em suas reivindicações fundamentais, os trabalhadores conquistaram magnífica vitória e impuseram o cumprimento correto de determinações legais. Mais uma vez, os trabalhadores demonstraram que a unidade é a condição precípua da vitória.

Situação dos Trabalhadores Na Rede Ferroviária Federal S.A.

GREVE NO PORTO DE SANTOS

OS ESTIVADORES de Santos declararam-se em greve de protesto contra uma decisão judicial que concedeu liminarmente mandado de segurança contra a vigência da lei 2.872, que regulamentou o exercício do cargo de contramestre. Um grupo de beneficiados (exclusivos) pelo regime anterior requereu mandado de segurança, obtendo a medida liminar.

O movimento grevista paralisou os serviços de carga e descarga no maior porto do país. Os grevistas não se intimidaram com a atitude da Capitania dos Portos, que declarou a greve «ilegal» e mobilizou um grande aparato policial para atemorizar os trabalhadores.

EMENDAS DO SENADO QUE ASSEGURAM OS DIREITOS DOS FERROVIÁRIOS — O PROJETO VOLTOU À CÂMARA DOS DEPUTADOS QUE DEVERÁ APRECIAR AS EMENDAS INTRODUZIDAS NO MONROE

O Projeto n.º 171, de 1955, que determina a transformação das empresas ferroviárias da União, em sociedades por ações, criando a Rede Ferroviária Federal S. A. foi aprovado em redação final no Senado Federal na sessão do dia 6 de dezembro.

Os senadores Mem de Sá, Freitas Cavalcanti, Caetano de Castro, Remy Archer Gaspar Veloso e outros, apresentaram várias emendas que resguardaram os direitos de todos os ferroviários emendas que foram encaminhadas e tentadas pela Comissão Nacional Permanente de Defesa das Ferrovias, criada na Convenção Nacional dos Ferroviários do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 19 de setembro deste ano. Os artigos 14, 15, 16, 17, 18 e seus parágrafos tratam especificamente dos direitos dos trabalhadores e empregados.

O projeto se encontra na Câmara dos Deputados para

que esta se pronuncie sobre as emendas introduzidas pelo Senado no projeto oriundo daquela casa do Parlamento.

Damos abaixo os referidos artigos:

«Art. 14 — Aos empregados da R.F.F.S.A. aplicar-se-ão os preceitos da legislação do trabalho, ficando essa aplicação sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único — Dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta lei, o Ministro da Viação e Obras Públicas submeterá à aprovação do Presidente da República uma consolidação da legislação reguladora dos direitos e deveres dos empregados na sua aplicação.

Art. 15 — Aos servidores das ferrovias de propriedade da União, e por ela administradas, qualquer que seja sua qualidade — funcionários públicos e servidores autárquicos ou extranumerários — aplicam-se os artigos 23 e 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ou pelas Leis n.ºs. 1.711, de 28 de outubro de 1952 (art. 26) e 2.244, de 9 de agosto de 1954, ficando garantidos todos os direitos, prerrogativas e vantagens que lhes serão assegurados pela legislação em vigor, sendo-lhes facultado optar, dentro do prazo de 6 (seis) meses, pela manutenção da qualidade que nessa data possuem ou pela transferência para os quadros de empregados da R.F.F.S.A. ou das suas subsidiárias.

§ 1.º — Optando pela transferência para os quadros de empregados da R.F.F.S.A. ou das subsidiárias os servidores em apêço passarão à jurisdição da Justiça do Trabalho, contando, para gozo de vantagens e direitos assegurados pela legislação do trabalho, todo o tempo de serviço anteriormente prestado à União ou à respectiva autarquia.

§ 2.º — Optando pela manutenção da qualidade que possuem, na data da publicação

desta lei, os referidos servidores ficarão sujeitos ao seguinte regime:

a) passarão a integrar, na jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, quadros e tabelas suplementares extintos, cujos cargos e funções, isolados, assim como as classes ou padrões iniciais quando de carreira, serão suprimidos à medida que vagarem. Depois de suprimidos todos os cargos da classe ou padrão inicial, começarão a ser suprimidos os da classe ou padrão imediatamente superior e assim, sucessivamente, até a integral supressão da carreira;

b) quando houver acesso de uma carreira para outra o procedimento da letra anterior se aplica à carreira inferior, não sendo, no caso, extinto nenhum cargo isolado, ou da carreira superior até a total extinção da carreira inferior, respeitada a legislação em vigor;

c) será aplicada a legislação específica do funcionário público (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952), revogada a legislação especial anterior;

d) prestarão serviço compatível com seus cargos ou funções, na categoria de pessoal cedido pela União à R.F.F.S.A.;

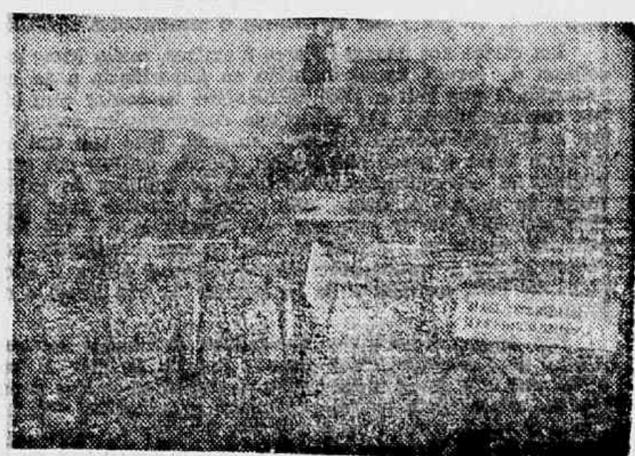
e) continuarão a se beneficiar do disposto na Lei n.º 1.134, de 14 de junho de 1950.

§ 3.º — A falta do exercício do direito de opção, até o fim do prazo fixado neste artigo, implica em escolha pela manutenção da qualidade em que estiver investido o servidor na data da publicação desta lei — funcionário público, servidores autárquicos ou extranumerários.

§ 4.º — No prazo de 6 (seis) meses, contado da instalação da R.F.F.S.A., a sua Diretoria organizará relação nominal dos servidores que não houverem optado pela transferência para os quadros de empregados da empresa e das suas subsidiárias e que excedam às necessidades do serviço ferroviário, os quais serão transferidos pelo Poder Executivo para outros órgãos e entidades federais, por iniciativa do Ministro da Viação e Obras Públicas e conforme as convenções da administração pública.

§ 5.º — As transferências de que trata o parágrafo anterior serão feitas à medida das

VIII CONSELHO DA F.S.M.



EM OUTUBRO último reuniu-se, em Sofia, Bulgária, o VIII Conselho da Federação Sindical Mundial, com a participação de representantes de vários países. Nas fotos: 1) ao alto os delegados brasileiros (à direita) Renato Mota e Benedito Cerqueira, este presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio; 2) ao lado, o sr. Louis Sallant, secretário-geral da F.S.M., na tribuna; 3) em baixo o encerramento da reunião, a 4 de outubro.

Conquistar Abono de Natal

A aproximação das festas de Natal e Ano Novo, desenvolvem-se em diversos pontos do país movimentos de operários, funcionários, comerciantes, bancários e empregados para a conquista do abono de Natal. Estimulados pelas vitórias obtidas nos anos anteriores e aproveitando a experiência do passado, os trabalhadores procuram novamente conseguir o abono, que já é uma tradição incorporada ao movimento sindical das grandes cidades.

Recolhendo listas de assinaturas nas fábricas, promovendo assembleias, dirigindo petições e telegramas e encetando outros movimentos no sentido de conseguir que os patrões paguem o abono de Natal, os trabalhadores partem do fato de que têm direito à bonificação de fim-de-ano e de que, igualmente, os patrões podem pagá-la, pois seus lucros aumentam anualmente.

Além, há numerosas empresas fabris e estabelecimentos comerciais que pagam normalmente o abono de Natal aos seus empregados. O Banco do Brasil, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e outras empresas, por exemplo, pagam cerca de 60 a 75 dias de gratificação extra, em dezembro.

Como essas, as demais empresas e estabelecimentos podem tornar normal o pagamento do abono, desde que os trabalhadores conquistem essa reivindicação através da luta e da unidade.

SERÃO ORGANIZADOS EM ENTIDADE AUTÁRQUICA OS LAVRADORES E PECUARISTAS DO E. SANTO

A CONFERÊNCIA DOS LAVRADORES DO ESTADO DEU APOIO À INICIATIVA DO GOV. FRANCISCO LACERDA

UM PASSO À FRENTE NA LUTA CONTRA O MONOPÓLIO DOS FRIGORÍFICOS

O Congresso de Pecuária de Corte, realizado em Barretos (São Paulo), nos primeiros dias do mês corrente, resolveu lutar pela limitação a 20% sobre o que os frigoríficos abatem, atualmente, de gado de sua própria recria e engorda. Isso quer dizer que, se os os quatro grandes frigoríficos podem abater, atualmente, cerca de 170 mil cabeças de gado bovino, de sua própria recria e engorda, não poderão abater mais de 34 mil, caso o governo adote a decisão de Barretos. O sr. Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural e do Congresso, declarou que aquela decisão foi uma vitória da pecuária nacional, seriamente prejudicada pelas atividades agro-pastoris dos frigoríficos.

EXIGIAM A SUPRESSÃO TOTAL

Os atuais privilégios dos frigoríficos decorrem de uma lei por eles obtida subrepticiamente em 1946 e que, nestes 10 anos — apesar da luta dos pecuaristas nacionais — nem sequer foi regulamentada. Com base nessa lei os quatro grandes frigoríficos estrangeiros exercem livremente atividade agro-pastoris, chegando à posição de monopolistas que oprimem a pecuária nacional, especialmente em São Paulo. Há muito os pecuaristas vêm lutando pela supressão das atividades agro-pastoris dos frigoríficos, no que contaram com o apoio de conceituados órgãos da imprensa, particularmente das "Folhas" da capital paulista. A luta deveria culminar no Congresso de Barretos, onde eles exigiram, energeticamente, a revogação da lei de 1946.

Os frigoríficos, porém, não descuraram da defesa de seus privilégios monopolistas e anti-nacionais. Contaram, no Congresso, com várias pontas-de-lança. Assim é que o representante do Ministério da Agricultura (segundo a orientação tradicional desse Ministério) defendeu a situação atual, atuando contra a exigência de

revogação da lei de 1946. No mesmo sentido manifestaram-se, com algumas exceções, os grandes investidores, que mantêm relações "cordiais" com os frigoríficos e que sempre ganham rios de dinheiro manobrando no mercado à custa dos pequenos e médios pecuaristas. Por fim, os grandes criadores e negociantes de gado de Mato Grosso e Minas Gerais, estreitamente ligados aos frigoríficos nos negócios do boi magro, recusaram-se a apoiar a reivindicação legítima da pecuária nacional, a pretexto de que eles próprios "ainda não estão sendo prejudicados" e que só mudariam de atitude quanto sofressem as consequências do monopólio estrangeiro.

UM PASSO À FRENTE

Em face de tudo isso, a resolução do Congresso de Barretos não atendeu plenamente aos interesses da pecuária nacional, que exigem a proibição imediata das atividades agro-pastoris dos frigoríficos. A resolução adotada, porém (limitada a 20%) é um passo à frente. Os pecuaristas e suas entidades estão dispostos a lutar para que ela seja imediatamente adotada pelo governo e a fiscalizar sua aplicação de modo a que não venha a ser burlada pelos monopólios.



A CONFERÊNCIA dos Lavradores do Espírito Santo (Vitória, 24-25-26 de novembro último) aprovou a criação da Associação dos Lavradores do Estado, proposta à Assembléia Legislativa pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar. A mensagem do chefe do executivo estadual encontrara repercussão favorável nos meios rurais, tendo recebido numerosas manifestações de apoio.

Participaram da Conferência delegados de diversos municípios do Estado, representando posseiros, proprietários rurais, arrendatários e assalariados agrícolas. A sessão inaugural foi presidida pelo delegado regional do Trabalho, sr. Otávio Fernandes Gofredo, estando presentes líderes sindicais e outras personalidades. As autoridades militares de Vitória fizeram-se representar na reunião.

O PROJETO DA ALEES

A Associação dos Lavradores, do Estado do Espírito Santo (ALEES), prevista no projeto, é entidade autárquica estadual. Dele participam obrigatoriamente os lavradores, os pecuaristas e, voluntariamente, os arrendatários de terras. (Artigo 2º do projeto). Sua direção será constituída de órgãos eleitos pelos associados, no seio dos quais serão nomeados as diretorias executivas.

A Câmara Agrária Estadual, órgão máximo da... ALEES, será formada pelos representantes eleitos pelas câmaras agrárias municipais. Estas serão eleitas por voto direto e secreto dos associados. As diretorias, nomeadas pelo governo (a estadual) ou

pela diretoria estadual (as municipais) terão seus membros escolhidos entre os membros das câmaras. A cada 500 associados corresponderá um representante na Câmara Agrária Estadual.

A Câmara Agrária Estadual decidirá as questões mais importantes da vida e da atividade da ALEES. E de sua competência: a) — elaborar seu regimento interno e o dos órgãos municipais; b) — aprovar o orçamento anual da ALEES; c) — fiscalizar as contas do exercício anual da diretoria, que deverá apresentar explícita demonstração das contas e dos atos praticados; d) — expedir os regulamentos da competência da ALEES, determinar as medidas financeiras que se tornarem necessárias; e) — criar e extinguir cargos e funções, fixar os respectivos vencimentos e gratificações; f) — fixar as taxas de contribuição computória dos associados lavradores e pecuaristas; g) — fixar o número dos representantes municipais que comporão a Câmara Agrária Estadual, e que serão eleitos por votação direta e secreta, na base de 1 representante para cada 500 associados.

A diretoria executiva da ALEES será composta de cinco membros.

São os seguintes os objetivos da ALEES: a) — promover o seguro social dos lavradores através de carteira própria, aposentadoria, pensão, seguro de acidente de trabalho, seguro agrário, seguro contra fogo, de vida e capitalização; b) — assistência social, médica, hospitalar, auxílio-doença e auxílio-funeral; c) — assistência econômica aos associados.

A ALEES, cuja sede será em Vitória, terá jurisdição em todo o Estado. O projeto determina as medidas para a constituição do patrimônio da entidade.

ACOMPANHARÃO O PROJETO

Em suas linhas gerais o projeto recebeu o apoio da Conferência dos Lavradores. A Conferência elegeu uma Comissão Permanente, que acompanhará a discussão da matéria na Assembléia Legislativa. A Comissão é constituída das seguintes pessoas: José A. das Virgens, Adelfino Coimbra, José Felipe de Miranda, Jaci de Moraes, Adalberto Oscar Kaiser, Jaime Marçal, José da Cruz, Cristóvão Cardoso, Osvaldo Paulino, Domingos Mendes Peva e Manuel Joaquim Xavier.

retra, Cleonice Alves Trilha, Genuino da Silva Gama, Francisco Rosa, Origenes Castro, Atanagildo Silva, Irene Silva, Hildo Silva, José Silva, Alfredo Francisco Nascimento, José Ferreira do Espírito Santo, Abílio Alves, Manuel Dias, Janson Mendonça, José Mendonça, Pedro Alcântara, Joel Nascimento, Hermes Freire, José Rodrigues de Aguiar, Antônio Prest, Enéias Pinheiro, Almir Laranja, Maurício Pina, Roberto Santana, Manuel Luís Ribeiro, Valdemar Piedade Cardoso, Bianor Fonseca da Sil



Dois aspectos da Conferência: o plenário e reunião de uma comissão

Os Objetivos da ALEES

PARA cumprir suas finalidades, a ALEES orientará sua atividade visando os seguintes objetivos:

guintes objetivos:

1) — Alugar aos seguros dos tratores, aradas, capinadeiras, colheitadeiras outras máquinas de interesse da lavoura.

2) — Promover nas propriedades agrícolas, mediante contrato, financiamento supervisionado, sob o regime de pagamento em prestações, construção de terreiros pavimentados, pocilgas, banheiros carrapaticidas, estufas, barcaças, silos, armazéns, currais, instalações de máquinas de beneficiar café e cereais, fábricas de farinha, prensas, descaroadoures, socadores, despoldadoras e pequenas indústrias rurais.

3) — Financiar instalação de bombas para irrigação das culturas de café, cacau e outras, pelo sistema de inundação ou de aspersão.

4) — Incentivar os serviços de proteção ao solo contra a erosão, recuperação da fertilidade, reflorestamento e proteção dos mananciais, construção e instalação de piscicultura.

5) — Comprar e revender aos segurados máquinas, fer-

ramentas e utensílios agrícolas, sementes, fungicidas, formicidas, desinfetantes, sal para gado, medicamentos em geral e todas as mercadorias necessárias ao consumo dos segurados.

6) — Promover, onde for necessário a construção e instalação, junto à "Casa do Lavrador", de restaurantes tipo SAPS, dormitórios para os segurados e auditórios para conferências, exibição de filmes educativos e agrícolas.

7) — Em colaboração com o Banco de Desenvolvimento Econômico, construir uma rede de silos, armazéns e frigoríficos nos locais mais apropriados do interior do Estado.

8) — Defesa das classes rurais: a) criar órgãos de propaganda falada e escrita; b) promover e participar de congressos rurais; c) defender preços mínimos para os produtos (CONCLUÍ NA 7ª PAG.)

AOS NOSSOS LEITORES E CORRESPONDENTES NO CAMPO

NAS ÚLTIMAS semanas tem decrescido o número de correspondências enviadas do campo para VOZ OPERÁRIA. Essa redução do volume das cartas e notícias das fazendas e usinas tem feito com que a página dedicada aos problemas específicos dos camponeses e trabalhadores rurais, em cada uma de nossas edições, venha apresentando, ultimamente, muito pouca matéria local, deixando de tratar assuntos que interessam de perto aos lavradores e assalariados agrícolas.

Em cartas aos nossos leitores e amigos, assim como nas colunas do jornal, temos insistido na importância e na necessidade que tem a VOZ OPERÁRIA de contar com ativos correspondentes nas principais concentrações camponesas e de trabalhadores agrícolas do país. Sem isso um semanário como o nosso não poderá, jamais, refletir em suas páginas as reivindicações e as lutas de milhões de explorados do campo e, assim, não poderá estreitar suas ligações com eles, servir bem aos seus interesses e à sua luta por dias melhores. Foram muitos os que atenderam nos nossos apelos e tornaram-se correspondentes ativos e eficientes da VOZ, especialmente no interior de São Paulo e no Paraná.

Por mais de uma vez publicamos detalhados roteiros (Guias do Correspondente) com o fim de facilitar o trabalho dos que desejam escrever-nos. Acreditamos que a publicação destes roteiros foi proveitosa para muitos. No entanto, devemos dizer que o número dos nossos correspondentes não só deixou de aumentar, como alguns, até então assíduos, deixaram de escrever ao jornal.

Reconhecemos a responsabilidade que nos cabe, quando deixamos de ajudar, na medida do necessário, os nossos correspondentes e procuraremos escrever-lhes mais frequentemente. Ao mesmo tempo, porém, desejamos que eles nos escrevam e solicitem ao jornal a ajuda e as indicações de que necessitarem para seu trabalho, bem como transmitindo-nos suas críticas. E renovamos, mais uma vez, nosso apelo para que nos enviem notícias do campo.

No momento, VOZ OPERÁRIA deseja que os nossos leitores e correspondentes no campo nos informem particularmente acerca das seguintes questões:

1) — o pagamento do salário-mínimo aos trabalhadores rurais, especialmente nas usinas de açúcar e nas fazendas de cacau, vem sendo feito?

2) — nos contratos com os colonos de café o preço por mil pés está sendo calculado à base do salário-mínimo da região? Quais os preços correntes por mil pés? Mesmo não sendo calculados à base do salário-mínimo, os preços por mil pés, para o corrente ano agrícola, são maiores que os do ano anterior? Influíram os sindicatos rurais na conquista de preços mais altos? Como?

3) — estão sendo respeitados, nas usinas e fazendas, os direitos assegurados aos trabalhadores agrícolas e colonos pela legislação em vigor?

Além disso pedimos aos nossos correspondentes que nos enviem informações detalhadas sobre as conferências de lavradores que se estão realizando ou estão programadas para as próximas semanas, incluindo a íntegra de suas resoluções.

Por um Caminho Italiano Para o Socialismo

(PROJETO DE TESES PARA O VIII CONGRESSO DO PCI)

POR UMA POLÍTICA EXTERIOR ITALIANA DE INDEPENDÊNCIA E DE PAZ

4. — Na fase atual das relações internacionais assumem relevo e conteúdo novos os problemas relativos à posição e à política internacional da Itália.

Durante os anos da guerra fria o papel e o prestígio da Itália no mundo reduziram-se consideravelmente. A política italiana tornou-se servil aos ditames do imperialismo americano, privada de iniciativa, fechada dentro dos limites impostos pela política do Pacto do Atlântico, o que até agora a tem impedido de desenvolver amplamente as relações econômicas e culturais necessárias a permitir alento mais amplo à vida da nação. Bases militares estrangeiras são acolhidas no território italiano. O sistema da «ajuda» comprometeu seriamente a independência econômica, além da independência política do país. Apresenta-se hoje, em virtude das condições atuais, a possibilidade de corrigir esses erros, adotando-se nova orientação na política exterior que seja uma garantia segura tanto para a independência nacional quanto para a paz. No entanto, ainda existem novos perigos que devem ser reconhecidos e evitados.

Perigo bastante grave é o de que, dado estar em crise o velho sistema atlântico, a Itália seja arrastada, em nome de uma mal entendida solidariedade ocidental, a ir a reboque de um bloco imperialista para a resistência e à luta aberta contra o movimento de libertação dos povos coloniais. Sério é também o perigo de que a diplomacia italiana se limite a ser peão na intriga com que o imperialismo americano tenta, através da crise do velho colonialismo, conquistar novas posições de predomínio. Seria igualmente ruínoza para a Itália a formação de um bloco de potências européias que estimulasse o rearmamento da Alemanha Ocidental e, em seguida, a renovação do expansionismo germânico. Já hoje o aguçamento artificial da questão do Alto Adige, de modo que ameaça a integridade do território italiano, é consequência do renascimento de tendências militaristas na Alemanha de Adenauer.

A saída está numa política que se atenha aos princípios da coexistência pacífica, facilite posteriores progressos no alívio das relações internacionais e tome iniciativas próprias e autônomas para a defesa dos interesses nacionais e da paz.

A Itália deve manter relações de amizade e de colaboração com todos os países, em pé de igualdade e com plena salvaguarda de seus interesses. Deve abandonar toda hostilidade para com os países socialistas, a começar pela União Soviética e pela República Popular da China, da qual urge o reconhecimento. Deve estabelecer com todos os países socialistas intercâmbios extensos, independentemente do consentimento e da autorização americana.

A Itália deve saudar o fim do colonialismo como um grande fato que abre ao comércio, à cultura e à influência italiana os caminhos do mundo. No Mediterrâneo, reduzido, nos últimos anos, à base da política de força dos grandes imperialismos, apresenta-se hoje um grupo de novos Estados muçulmanos e árabes que reivindicam sua independência, o que modifica a própria estrutura da bacia mediterrânea, que torna a ser um grande centro onde se encontram e colaboram civilizações diversas. A Itália deve acolher essa transformação como grande acontecimento na história, o qual lhe oferece a possibilidade de reforçar sua própria independência em relação a qualquer imperialismo estrangeiro, repelindo qualquer política imperialista e desenvolvendo relações de amizade e de colaboração com esses novos países.

No âmbito do pacto do Atlântico a Itália pode e deve manter uma posição independente que procure superar a divisão do mundo em blocos armados opostos, resolver por meio de entendimentos as questões em litígio, conseguir o desarmamento, a interdição das armas atômicas e uma consolidação real do alívio nas relações internacionais e da paz. Devem ser objeto de negociações a retirada das bases militares estrangeiras do território nacional.

A participação nos organismos de colaboração européia deve visar à finalidade de proceder à realização de acordos recíprocos e permanentes com todos os países europeus e ao objetivo de impedir que os interesses italianos sejam sacrificados aos interesses dos poderosos grupos capitalistas alemães e franceses. No interior desses organismos deve ser antes de tudo abolida a discriminação, que os priva de todo seu caráter democrático e representativo. Todas as forças presentes nos parlamentos devem ali ser proporcionalmente representadas.

Empenhando-se em uma ação que reúne em torno de um programa de política exterior democrática e pacífica o maior número de forças nacionais, os comunistas confirmam sua adesão incondicional ao grande movimento dos partidários da paz, estando de acordo com todos os seus objetivos. Os comunistas continuarão a colaborar com todas as suas forças no mesmo, e lutarão pela realização desses objetivos.

O MONOPÓLIO DA TERRA E DAS FINANÇAS CONTRA A ECONOMIA ITALIANA

5. — No interior do mundo capitalista particularmente dramática é a situação em que se debate nosso país, motivo por que se apresenta de maneira cada vez mais urgente a necessidade de um profundo renovamento democrático e socialista.

Na nossa economia nacional essa necessidade expressa-se na gravidade particular do contraste — que se acentua rapidamente nos últimos anos — entre o grau e o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas sociais e, em primeiro lugar, da população apta ao trabalho, além dos meios técnicos disponíveis no país — e os limites estreitos que as relações de produção vigentes impõem a esse desenvolvimento. É, portanto, elemento característico de nossa economia o fenômeno de um desemprego total e parcial permanente e em massa que não tem igual, por sua essência, em nenhum outro país capitalista, e cuja gravidade particular é condicionada pela própria estrutura do capitalismo italiano, que nega a milhões de cidadãos a possibilidade de encontrar trabalho.

Após a derrota do fascismo e a promulgação da Constituição da república, as velhas classes dominantes, com o

a ajuda decisiva do imperialismo estrangeiro e dos grupos dirigentes clericais, têm travado luta violenta contra o movimento operário e popular, com a finalidade de conservar intacto — mesmo com a conservação ou com a restauração da estrutura opressiva do fascismo — seu predomínio sobre a sociedade e sobre o Estado italiano, e para continuar a dirigir em seu interesse exclusivo toda a vida econômica. Isto tem agravado ainda mais as antigas contradições de nossa economia, tem comprometido mais seu desenvolvimento, mantendo em condições de penúria e de miséria a grande maioria do povo, condicionando a persistência da condição particular de inferioridade econômica das massas femininas, elemento característico de nosso país, aprofundando o desequilíbrio fundamental entre o Norte e o Sul (questão meridional) e criando novos desequilíbrios (questão da montanha), e exasperando ao máximo todos os contrastes sociais e políticos no país.

6. — Nos primeiros anos do pós-guerra a política das classes dominantes no setor da indústria se concretizou em primeiro lugar num esforço para a restauração pura e simples do velho equipamento e dos velhos métodos de organização, voltada essencialmente para a perspectiva de agravamento da tensão internacional. Nos últimos anos, porém, a clara impossibilidade de resolver, embora temporariamente, à base desse imobilismo técnico e organizativo, as contradições de nossa economia industrial e, em primeiro lugar, os problemas relativos à estreiteza do mercado interno e à acentuada concorrência no mercado internacional; a possibilidade, por outro lado, de utilizar as bases financeiras oferecidas pelo saque sistemático, para proveito próprio exclusivo, da «ajuda Marshall»; e, finalmente, a pressão exercida pelas massas, estimuladas pelo nosso Partido e orientadas pela proposta de um Plano de Trabalho e pela iniciativa do Movimento Pela Paz, têm estimulado os grupos capitalistas dominantes a um dinamismo relativamente mais vivo no que diz respeito ao progresso da técnica e dos métodos de organização administrativa. Assim, nos últimos anos, o desenvolvimento das forças produtivas se tem caracterizado, no setor industrial, por uma importante renovação qualitativa do equipamento técnico, além de pôr um ritmo mais acelerado de acumulação de meios de produção. No entanto, isso não se faz acompanhar de modificações nos hábitos de trabalho e na experiência produtiva dos trabalhadores. No setor agrícola a renovação do equipamento técnico se concretiza sobretudo no rápido desenvolvimento da mecanização, em primeiro lugar nas zonas mais desenvolvidas e mais adequadas à mecanização complexa. No mesmo período o desenvolvimento das próprias bases de energia apresenta um processo de eletrificação ainda inadequado aos recursos existentes e às necessidades. Ao contrário, isso se faz acompanhar de um aumento mais pronunciado da exploração dos recursos nacionais em hidrocarbonetos gasosos (metano), com um deslocamento acentuado da própria base energética, dos combustíveis sólidos para os líquidos e gasosos e a eletricidade. A importância dos recursos nacionais em hidrocarbonetos permitirá uma decisiva ampliação da base energética de nossa economia e um impulso geral no desenvolvimento das forças produtivas nacionais; no entanto, a exploração destas têm sido freiadas até agora, por uma política de restrição artificial realizada em prol dos interesses dos monopólios italianos e estrangeiros. Por outro lado, o atraso de nosso país não só continua gravíssimo no que diz respeito aos primeiros passos pelo caminho da utilização da energia nuclear, mas também a tudo quanto interessa à organização do ensino científico e da pesquisa teórica e aplicada, os quais são dela premissa indispensável.

7. — A possibilidade de que os maiores grupos monopolistas têm de se apoderarem da maior parte das inversões feitas na economia nacional fê-los absorver 90% de todas as inversões realizadas na indústria privada, levando-as para os setores decisivos da mecânica, da siderurgia e da química, além dos setores das fontes de energia. Nessas condições, o processo de desenvolvimento da técnica construtiva e dos métodos de organização, embora vivo em seu conjunto, apresenta-se com ritmo diverso, e às vezes contraditórios, de setor a setor, e segundo a variedade das proporções das empresas além desse processo à parte as novas instalações que condicionaram o deslocamento das bases energéticas de nossa economia manifestou-se sobretudo a tendência — muito mais do que a orientação de constituir novas empresas ou de ampliar as existentes — ao renovamento das empresas e da técnica produtiva. Nas empresas ligadas aos maiores agrupamentos monopolistas, esse processo se caracterizou além de por uma acentuação das formas extremas de divisão do trabalho por um grau de mecanização cada vez mais acelerado e complexo, que assinala uma etapa importante no caminho da automatização. Daí um crescente desequilíbrio na maquinaria produtiva, no nível dos processos tecnológicos e, consequentemente, na produtividade do trabalho entre as gigantescas empresas monopolistas e a grande quantidade das empresas de menores dimensões. De 1938 a 1954 o aumento do valor da produção por operário não ultrapassou em média, em toda a indústria italiana, 53%, enquanto que nas empresas monopolistas FIAT, por exemplo, apenas de 1948 a 1954 chegou a 194%.

A difusão dessas novas técnicas de produção se contrapõe um processo de desqualificação da massa dos mestres, acompanhado de um aumento numérico do quadro técnico administrativo e do quadro disciplinar e um processo que dá novas qualificações a uma insignificante parte dos operários. Isso acarreta modificações profundas na própria composição dos mestres, em suas condições de trabalho, nas relações entre as diversas categorias dos trabalhadores nas fábricas; e essas modificações favorecem à procura, pelo patronato monopolista, de novas formas de organização administrativa e industrial, que visam a agravar a exploração da força de trabalho. Uma parte do aumento no rendimento de trabalho, aumento conseguido na grande fábrica italiana, cabe diretamente, hoje, de fato, ao aumento da intensidade do trabalho, à contínua aceleração de sua duração e do seu ritmo, sendo estes só em grau mínimo condicionados pela nova maquinaria e pela técnica.

Nessas novas formas de organização administrativa, vem assumindo relevo crescente o esforço do patronato que visa a uma predeterminação verdadeira e acertada, a partir do início do ciclo produtivo, dos elementos e dos fatores prin-

cipais da produção, dos custos e das despesas, inclusive não só as necessárias inversões de capitais como também o ritmo e a duração do trabalho, o salário, as comissões pagas a comerciantes e revendedores, etc. Na sociedade capitalista, porém, esse caminho está na realidade aberto apenas às empresas que monopolizam o mercado e que — graças à acumulação de superlucros monopolistas — tenham conseguido garantir o autofinanciamento de grande parte de suas inversões. Portanto, longe de introduzir elementos de organização no complexo de nossa economia, as novas formas de organização das empresas provocam, além do aumento na exploração dos operários, a falência da grande quantidade de empresas pequenas, novos motivos para desequilíbrio e contrastes.

8. — Mal grado a resistência encarnada oposta pelos grupos dominantes, importantes modificações têm ocorrido nas relações de produção no campo.

Em consequência das primeiras leis agrárias, imposta pelas lutas das massas, cerca de 650 mil hectares foram expropriados. A tais modificações na estrutura fundiária, que assumem o relevo particular por sua concentração regional, juntam-se aquelas que derivam da venda aos camponeses de outros 650 mil hectares de terra, retirados de grandes propriedades. Ocorreu também um aumento da pequena propriedade agrícola que se estende hoje por uma superfície superior a 20 por cento em relação à existente logo em seguida ao pós-guerra; dessa maneira a luta das massas pela terra, com suas consequências diretas e indiretas, tem conseguido vibrar um golpe sensível contra o poder da grande propriedade fundiária, cujo monopólio continua, porém, a representar um grande fardo sobre as condições de vida da grande massa dos camponeses sem terra e dos pequenos proprietários lavradores diretos, sobre a possibilidade de progresso de nossa agricultura e de toda a economia nacional.

9. — Aos êxitos até agora alcançados pela luta das massas pela transformação de nossas estruturas agrárias mais nocivas, não se pode dizer que haja correspondido, no período em exame, a resultados análogos no sentido de dismantlar a estrutura e a superestrutura monopolista. Quanto aos novos investimentos no complexo da economia italiana, tem assumido relevo marcadamente decisivo nesses anos sua monopolização quase total pelos maiores grupos monopolistas. Em tal sentido tem operado na agricultura o processo acelerado de desenvolvimento capitalista, que se expressa em primeiro lugar na mecanização e que é condicionado pela crescente substituição pelo capital bancário, do capital fixo e do trabalho braçal nas empresas dos produtores pequenos, médios e grandes, e por um forte aumento do débito total da agricultura, com o consequente agravamento da subordinação da própria agricultura ao poder de comando dos monopólios bancários. No setor industrial, os maiores grupos monopolistas não só se apoderaram de quase todos os novos investimentos, como também conseguiram condicionar às suas próprias exigências, em grau crescente, o próprio equipamento das novas empresas industriais pequenas e médias, e a sobrevivência daquelas já existentes. Em todo o complexo da economia italiana, assim, o processo de concentração e centralização do capital adquiriu nesses anos um ritmo acelerado, acentuando a disparidade no ritmo de desenvolvimento, os desníveis e os contrastes entre as maiores empresas monopolistas e as massas das menores, na realidade subordinada ao poder de comando das mesmas.

Esse poder de comando vem se ampliando também através do controle que o capital financeiro monopolista vem estendendo sobre todo o processo de circulação e de distribuição dos próprios produtos. Milhões de empresas pequenas e médias agrícolas, artesanais, industriais e comerciais, já dependentes dos monopólios bancários e industriais pelo crédito, tendo surrimento de matéria-prima, de produtos semiacabados ou de produtos acabados, estão hoje praticamente condicionadas a um mercado dominado pelos monopólios, ao qual elas só podem chegar através de organizações do tipo corporativo (Istituto Cotoniero, Federconsorzi, Ente Risi, Associazione Nazionale Bieticoltori, etc.), ainda mais estreitamente controladas pelos grupos monopolistas dominantes.

Assim, o capital financeiro monopolista não só saqueia sistematicamente a massa dos consumidores, como também orienta, com a finalidade de conseguir o lucro máximo, o próprio processo de produção de empresas pequenas e médias, pretensamente «independentes» mas de fato reduzidas à função de agentes dos monopólios, além de serem restringidas também a ampliar ou a restringir sua atividade — como nas «redemarcações» das culturas agrícolas, por exemplo — ou de qualquer maneira a modificar sua atividade para atender os interesses dos grupos monopolistas dominantes.

Essa maior subordinação de toda economia nacional ao poder de comando dos monopólios se manifesta hoje, em grau crescente, por meio da utilização direta do aparelho do Estado pelos grupos de monopólios dominantes do capitalismo financeiro sob a forma de capitalismo monopolista de Estado. Em consequência de um processo que constitui um elemento característico da vida política italiana e da posição que nela assumem os grupos do clero e da democracia cristã, essa utilização não se manifesta apenas nas formas e através dos instrumentos tradicionais (política fiscal, alfandegária, tributação, política da moeda, do crédito, dos preços, etc.) ou mantendo a algumas entidades públicas (I.R.I.E.N.I., etc.) e corporativas (Federconsorzi, Ente Risi, etc.) as características que, para esse fim elas haviam assumido no período fascista, mas sob formas e através de instrumentos novos (Caixa para o Meio-dia, Entidades de Reforma, Caixa para pequena propriedade, etc.), as quais tendem continuamente a aumentar de número e a ampliar suas funções. Característica do desenvolvimento dessas formas de capitalismo monopolista de Estado é a inflação progressiva e a tensão do orçamento nacional que — já agravado pela pressão americana no sentido do resarcimento — apóia-se na receita produzida por um sistema fiscal espoliador das massas populares, e numa despesa pública que se ampara no crescente empenho de o Estado intervir na economia, orientada até hoje no sentido de resolver por meio de subsídios e leis favoráveis aos monopólios e aos grandes proprietários de terra.

Em conclusão, agravou-se ainda mais, em toda sociedade italiana, o contraste entre o caráter objetivamente social que o processo produtivo assumiu e vem assumindo, cada vez mais amplamente, e o caráter capitalista privado — mais do que nunca exasperado pelo predomínio dos monopólios — das relações de propriedade sobre os meios de produção e do processo de apropriação do produto social. (Continuará)

Território Brasileiro, Zona De Operações Militares Ianques

Por Que Comprar um Porta-Aviões Quando Carecemos de Navios Mercantes?

CONFIRMAM-SE AS EXIGÊNCIAS DO GOVERNO NORTE-AMERICANO PARA CESSÃO DE BASES EM NOSSO PAÍS AO PENTÁGONO — AVIÕES IANQUES VIOLAM O ESPAÇO AEREO DO BRASIL — A OPINIÃO PÚBLICA EXIGE QUE O GOVERNO FALE CLARO

TODA a imprensa vem noticiando, há dias, os planos do governo dos Estados Unidos, de instalar bases aéreo-navais norte-americanas no Brasil. Até o momento não houve desmentidos — nem poderia haver, pois as notícias são exatas. O Pentágono, em cujos planos bélicos nosso país — sua posição estratégica, seus recursos e seus homens — sempre figurou em lugar de destaque, volta a insistir na execução da idéia de fazer de nossa terra cabeça de ponte para operações de guerra. Estão, pois, praticamente confirmadas as informações da revista norte-americana (edição em português) "Visão" sobre a presença, em Recife, de técnicos ianques e mesmo de empreiteiros de construção, tendo em vista a instalação de uma base no Território de Fernando Noronha.

As últimas informações divulgadas, e não desmentidas, adiantam que não se trata somente de uma base em Fernando Noronha, mas de várias bases em outros pontos do território nacional. Para conseguir o governo dos Estados Unidos está exercendo forte pressão sobre o governo brasileiro.

O «ARGUMENTO» DA GUERRA FRIA

O Departamento de Estado recorreu aos mesmos argumentos da guerra fria para pressionar o governo brasileiro. Agita uma "grave ameaça" de guerra mundial, jogando com o agravamento da situação internacional — agravamento decorrente da agressão a Suez e das novas provocações imperialistas contra os países árabes, bem como das investidas contra-revolucionárias na Hungria. Pretende, enfim, envolver o Brasil em sua política de preparo da agressão, com a utilização de nosso território, de nossos recursos e de nossos soldados para a execução de seus planos.

Esta pressão não é de agora, se bem que se venha intensificando nas últimas semanas. E deve-se reconhecer que o sr. Juscelino Kubitschek vacila diante dela. Isso ficou bem claro no discurso presidencial do último dia 27 de novembro, no qual o sr. Kubitschek fala em pretensos compromissos para "defesa do hemisfério" em caso de guerra — compromissos já bastante conhecidos do nosso povo e em nome dos quais o Brasil vem sendo atrelado, contra os interesses nacionais, à política do Departamento de Estado. Um indício mais grave dessa vacilação, porém, é a posição do Itamarati, ante as exigências ianques para instalação de bases militares no território nacional.

A POSIÇÃO DO ITAMARATI

Sabe-se (isso foi largamente denunciado pela imprensa e não desmentido) que a exigência ianque para construção de uma base aéreo-naval em Fernando Noronha foi submetida ao Esta-

do Maior das Forças Armadas. Este se manifestou contrário à cessão, inclusive considerando o absurdo da exigência de que a base não somente seria propriedade do governo dos Estados Unidos, como as autoridades do Pentágono proibiriam o acesso à mesma a qualquer brasileiro, inclusive às nossas autoridades militares. O parecer do Estado Maior foi comunicado ao Itamarati. Este, porém, manobrou, conseguindo pôr de lado a opinião autorizada das Forças Armadas e continuou as negocia-

ções para a cessão de bases. A intuição logo foi feita? Com que autoridade aviões militares estrangeiros transpõem nossas fronteiras por ordem de um governo estrangeiro? São fatos que estão indignando a opinião pública e exigem uma satisfação do governo brasileiro. Nosso povo não aceita, de modo algum, esta insolente política de fatos consumados, que visa antes de tudo facilitar concessões.

O BRASIL, ZONA DE OPERAÇÕES

A verdade é que, nos planos do Pentágono, a zona de operações com armas teleguiadas se estende ao território brasileiro, até o Cabo São Roque, no Rio Grande do Norte, colocando grande parte do nosso território (veja-se o mapa, nesta página) sujeita às consequências mais graves. Com autorização de quem o governo dos Estados Unidos dispõe do território do Brasil como sua zona de operações? Nosso povo recusa ao Pentágono esse direito e exige que esta seja a posição clara do governo do sr. Kubitschek.

INFORMA-SE, em Londres (no Rio o governo vem guardando silêncio sobre a marcha real das coisas) estarem bem adiantadas as negociações para a compra de um porta-aviões na Inglaterra. A belonave teria 15.700 toneladas e figura entre as que a Marinha britânica decidiu vender, naturalmente porque não as considera em bom estado. A notícia da compra, pelo governo brasileiro, de um porta-aviões, foi recebida com estranheza em diversos círculos políticos e no seio da opinião pública, que não pode encontrar justificativa para o fato.

DESPESA IMENSA E INJUSTIFICÁVEL

A belonave custará 22 milhões de dólares. Mais 10 milhões de dólares serão gastos, simultaneamente, em reparos, uma vez que o porta-aviões está em mau estado. O custo global será, pois, de 32 milhões de dólares. As despesas anuais de manutenção irão alcançar de 500 a

800 mil. Como se vê, uma enorme despesa, para fins improdutivos. E isso sem falar em que um porta-aviões exige os aviões e que estes custarão caríssimo.

A imprensa que, em geral, faz restrições à compra, demonstra que, no momento, aquela despesa está acima das possibilidades do país e só trará prejuízos para nossa situação financeira já tão precária.

QUINZE NAVIOS MERCANTES

Assinala o «Correio da Manhã» que o Brasil gasta, anualmente, mais de 220 milhões de dólares com fretes transatlânticos. A frota de longo curso do país concorre com 22 milhões de dólares anuais, em média, graças a 20 navios tipo Lóide, dos quais em serviço ativo regularmente temos uns 17, já que as avarias e a conservação mantêm praticamente inativos uns dois ou três barcos. Se os 22 milhões de dólares previstos para a compra do porta-aviões fossem empregados na aquisição de cargueiros de longo curso, poderíamos, na pior das hipóteses, isto é, comprando navios a preços não muito favoráveis, adicionar à nossa frota mercante uns 15 ou 16 barcos do tipo dos que estão presentemente em uso. Ora, os novos barcos, mais modernos e de maior rendimento, dariam no mínimo uma receita cambial idêntica à que proporciona os atualmente na ativa, o que vale dizer, mais uns 22 milhões de dólares por ano.

«Se outro uso não quiséssemos fazer dessa economia de divisas presentemente pagas a barcos estrangeiros para transportar o que vendemos no exterior e o que no exterior compramos — escreve o «Correio da Manhã» — poderíamos utilizá-las para a compra de porta-aviões. Em cada três anos, teríamos receita para adquirir não um, mas dois barcos iguais ao que ora está em vista. Isto é, teríamos uma receita trienal de 66 milhões de dólares, bastante para a compra de duas unidades navais, deixando ainda um saldo para a manutenção, etc. Evidentemente, a renda cambial auferida com os novos barcos mercantes teria, sem dúvida, utilidade muito maior, a começar pela contínua expansão de nossa frota de alto mar, hoje atendendo apenas uns 12% do comércio externo do país.»

A DEFESA NACIONAL

Não procedem os argumentos dos que justificam a compra do porta-aviões em nome da defesa nacional. Para nossa defesa, a Marinha Brasileira precisa de unidades ligeiras (destróiers, cruzadores leves, submarinos, caçadores, etc.) e não de porta-aviões, que são unidades sobretudo ofensivas. Basta ver-se a experiência da última guerra: jamais os porta-aviões foram empregados não para o ataque. Ora, uma coisa é preparação para o ataque, outra coisa é a defesa nacional. Tomar a esta como pretexto para justificar a compra que se pretende é tentar iludir a opinião pública.



SERÃO ORGANIZADOS EM ENTIDADES AUTÁRQUICAS OS LAVRADORES E PECUARISTAS DO ESPÍRITO SANTO

Texto na Página 4

Confirmação Indireta do Itamarati

APESAR do silêncio oficial sobre a instalação de bases norte-americanas no país, foi divulgada pelo «O Globo» do Rio, uma notícia que vale por uma confirmação do que a imprensa vinha informando. Diz o jornal:

«No Itamarati a reportagem de «O Globo» apurou que a instalação de postos de observação norte-americanos em território brasileiro, para controle das experiências com foguetes teleguiados, tem a seguinte e real versão: o governo brasileiro, invocando o Tratado de Assistência Mútua Brasil-Estados Unidos, vai solicitar aos Estados Unidos que enviem técnicos ao Brasil, peritos em foguetes teleguiados, os quais instalarão postos de observação e experiências para o nosso país, sendo a Ilha de Fernando Noronha um dos locais escolhidos. Dessa forma os norte-americanos concorrerão com a parte técnica apenas, sendo o mais brasileiro, inclusive a administração e o controle».

A nota daquele vespertino, que acima transcrevemos na íntegra, vale por uma confirmação indireta das informações segundo as quais está sendo tramada a cessão do território brasileiro para a instalação de bases de guerra norte-americanas. Aliás, o próprio «O Globo» esclarece ter

colhido a informação no Itamarati que, como se sabe, vem conduzindo as negociações, por cima da opinião das Forças Armadas brasileiras.

Assinale-se, ainda que não passa de mistificação falar em «convite brasileiro» para a instalação de «postos de observação brasileiros» destinados ao emprego de foguetes teleguiados. Esta «versão real» das coisas tem em vista na realidade, enganar a opinião pública nacional, que jamais aceitará bases estrangeiras em nosso território. O fato é que já não se pode esconder a verdade e, não se podendo desmentir as informações já divulgadas, procura-se mascará-la com um convite brasileiro que não existe e transformando em «postos de observação» as pretendidas bases aéreo-navais.

Nosso povo não aceita, a nenhum pretexto, a cessão de nosso território para a instalação de bases militares de uma potência estrangeira e vê, nas capciosas versões que estão sendo divulgadas, uma tentativa para iludir sua vigilância patriótica — aliás com argumentos também inaceitáveis, pois o governo não poderá convencer ao povo de que foguetes teleguiados, armas essencialmente de ataque, sejam necessárias à defesa nacional.

opinião pública vem exigindo satisfações a respeito. Um requerimento nesse sentido foi apresentado, na Câmara Federal,

POLÍTICA DOS FATOS CONSUMADOS

Enquanto isso, noticiava-se a queda de um projétil teleguiado, partido de uma base na Flórida, na região amazônica. As autoridades norte-americanas informaram, clinicamente, que o projétil "havia escapado ao controle" e, posteriormente, disseram ao embaixador brasileiro, sr. Amaral Peixoto, que "não se podia precisar o destino" da perigosa arma. Território brasileiro está, assim, sujeito a ser alvo das armas norte-americanas!

Mas o mais grave é que, a pretexto de "localizar o projétil", aviões a jato norte-americanos violaram o espaço aéreo do Brasil, sobrevoando, sem autorização, a Amazônia. Com que